



*J. Car*  
*AR*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA N.º5/2023**

(Mandato 2021/2025)

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e três, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.**

**Presidente** – *Camilo António Morais*

**Primeiro Secretário** – *José Carlos Vasco Jecas*

**Segundo Secretário** – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram nove horas e cinquenta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: -----

*João Nuno Ferreira Pires, António José da Costa Vila Franca, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Sandra Cristina Batista Matos, Ana Cristina Moura Xavier Fernandes, Vera Cristina Amaral Gabriel e Carlos Alberto Maravilha Azevedo que foram substituídos, respetivamente, por Beatriz Mata Pires, Nélio Jorge Gomes Pimentel, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Dinis António Tiago Sarmiento, Beatriz Justo Lopes Pereira, Fernando Humberto Gomes e Bruna Alexandra Venceslau Fernandes.* -----

Por impossibilidade de estar presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olmos, *Abel Francisco Paulos Rocha*, fez-se substituir pela Secretária da Junta de Freguesia, *Cláudia Peludo* e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Cortiços, *José Manuel Fernandes*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia, *Beatriz Aurora Inocência Malta Neto.*-----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

Faltou à sessão o Deputado Municipal *Carlos Manuel Lourenço Rodrigues*, que sofreu um acidente de viação na manhã do dia de 21 de dezembro, tendo justificado a sua ausência, via email à Mesa da Assembleia Municipal. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Rui Alexandre Serapicos Vilarinho* *Sónia de Jesus Afonso Salomé* e *Susana Alexandra Esteves Viana* e os Vereadores em regime de não permanência, *António Nuno Batista Mendes de Moraes*, *Clementina Augusta Marçal Gemelgo* e *Edgar Manuel Rodrigues Fragoso*. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 60 Deputados Municipais: *Camilo António Moraes*, *Celina da Conceição de Sá Martins*, *Rogério Paulo Talhas Pires*, *Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro*, *Manuel António de Sá Mico*, *Paulo Jorge Ferreirinha*, *Duarte Ferreira Dias*, *Fernando Humberto Gomes*, *Beatriz Justo Lopes Pereira*, *Luís Miguel Pereira Vaz*, *Maria Inácia Ferreirinha*, *Carlos Alberto Fernandes*, *Ilídio João Alves*, *Dinis António Tiago Sarmento*, *Bruna Venceslau Fernandes*, *José António da Silva Madalena*, *Maria da Assunção Gemelgo Correia*, *Simão Augusto Ventura Ferreirinha*, *Maria José Vieira Teodoro Moreno*, *Margarida Rosa Fortuna Parra Pires*, *António João Alves Trovisco*, *Lília Margarida Pereira da Silva*, *José Luís Tomé Afonso*, *Sandra Maria Esteves Nascimento Franco*, *Jacinta Lúcia Catarino Lopes*, *Amâncio dos Santos Rocha*, *Daniela de Almeida Rebelo*, *Beatriz Isabel Mata Pires*, *Manuel Jorge Machado Olaio*, *Nélio Jorge Machado Olaio*, *Francisco Inácio Alves Oliveira*, *José Carlos Vasco Jecas*, *Maria Adelaide Serra Carvalho*, *Andreia Isabel Moraes Eugénio*, *Beatriz Aurora Inocência Malta Neto*, *Miguel Afonso Gomes Reis*, *António Luís Gomes*, *Acácio Alberto Correia Moraes*, *Nuno José Nunes Trindade*, *Betina Maria de Sá Gonçalves*, *Leonardo do Nascimento Vila Franca*, *Miguel Ângelo Caseiro*, *Sérgio David Ramos Borges*, *Ramiro Borges Valadar*, *Cláudia Peludo*, *Ricardo Jorge Vaz Cordeiro*, *João José Cunha Pinto*, *Jorge Luís Pinto*, *Inácio de Jesus Roma*, *Luís Manuel Costa Rodrigues*, *Carla Alexandra Dias Miranda*, *Fátima Raquel Eusébio Costa*, *João Francisco Reis*, *Andreia Susana Amaro Baptista*, *João Luís Diogo Salsas*, *Júlio Manuel Curopos Quintela*, *Carlos Alberto Maceda*, *David da Silva Martins*, *João Manuel Rodrigues Alves* e *Jorge Orlando Pires Asseiro*. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal entregou, ao Deputado *David Martins* as respostas às questões colocadas por escrito ao Sr. Presidente da Câmara na 4.ª

sessão ordinária, realizada no dia 22 de setembro de 2023. O pedido de esclarecimento do Deputado bem como as respostas por escrito dão-se por transcritos ficando uma cópia arquivada juntamente com os documentos desta sessão. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que estava presente, na sessão, uma equipa do Geoparque Solidário a vender rifas para ajudar família carenciadas, pedindo, aos Deputadas que quisessem contribuir para se aproximarem dos funcionários do Geoparque. -----

De seguida, indagou os presentes no sentido de pretenderem intervir relativamente à ata n.º 4 da sessão ordinária do dia 22 de setembro de 2023, previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

**Abertas as inscrições** e não havendo inscritos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a ata da 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 22 de setembro de 2023, a votação. A mesma foi aprovada por maioria, com seis (6) abstenções, de Deputados que não estiveram presentes na sessão. -----

#### **PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Pretendeu usar da palavra o Deputado *Nélio Pimentel*, do grupo parlamentar UPM para efetuar uma interpolação no sentido "da tentativa de correção que vocês fizeram ontem, com o envio na ordem de trabalhos. Na minha opinião, há uma nulidade ao fazerem-no. Não há qualquer tipo de problema em a câmara querer votar a aprovação do protocolo, o Senhor Presidente, apresenta a maioria de 2 terços, nesta assembleia nos termos do art.º 50.º número 2 do regime jurídico das autarquias locais e é votado nesta assembleia. No entanto, fazerem a alteração à convocatória sem cumprir o n.º 2 do art. 53, do mesmo regime jurídico, conduz a uma nulidade de toda a Assembleia a partir do ponto dois ou seja, a partir do da informação escrita do Senhor Presidente, porque além de fazer a inclusão de um assunto, não obstante o facto de terem enviado o assunto na terça-feira, conduz a que nós tomamos conhecimento do assunto e possamos deliberar da melhor forma, mas trazer o assunto na convocatória, enviada ontem, sem revogar a ordem de trabalhos anterior enferma de nulidade de toda a deliberação que possa existir do ponto dois para a frente. Se persistirmos nesse erro, não vamos ter orçamento, não vamos ter empréstimo, não vamos ter absolutamente nada e vamos ter de cá voltar. Portanto, sugiro colocarmos um ponto final no assunto e que diga à Assembleia que fica sem efeito o envio do *e-mail* de



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

clw.  
FR

ontem, e prossigamos os trabalhos de acordo com o envio da ordem de trabalhos de dia 7 de dezembro.” Referiu o Deputado. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que iria ser colocada a votação a alteração referida pelo Deputado *Nélio Pimentel*, informando que a agenda foi feita e levada à Comissão Permanente, mas que, posteriormente, alguém referiu que primeiro deviam ser aprovadas as alterações ao plano do ano 2023 e só depois se podia aprovar o Orçamento para 2024. “Ainda ontem estive numa reunião, aprovámos o plano e Orçamento da CIM-TTM e depois é que aprovámos as alterações. Penso que se trata de um preciosismo que não tinha que conduzir à alteração da Ordem do Dia. De qualquer maneira, iria colocar à votação a inclusão do ponto relativo à aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar no âmbito do Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável e Integrado das Terras de Miranda, Sabor e Tua, bem como as alterações da ordem de trabalhos”. Frisou o Sr. Presidente da Assembleia, questionando se alguém pretendia intervir relativamente à alteração da precedência dos assuntos na ordem de trabalhos e à inclusão do novo ponto. -----

Não havendo quem pretendesse intervir, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a inclusão do assunto “Aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar no âmbito do Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável e Integrado das Terras de Miranda, Sabor e Tua” na ordem de trabalhos da sessão e a última Convocatória e respetiva agenda à votação do plenário. -----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão do assunto “Aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar no âmbito do Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável e Integrado das Terras de Miranda, Sabor e Tua” na ordem de trabalhos da sessão bem como a última Convocatória e respetiva agenda de trabalhos. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia passando, de imediato à apresentação do projeto “Criar Pontes de Afetos - Famílias de Acolhimento, do Centro Social N.ª Sr.ª de Fátima; pela Dr.ª *Nídia Curopos* e o Dr. *Frederico Amaro*. -----



*C. cer*  
*FR*

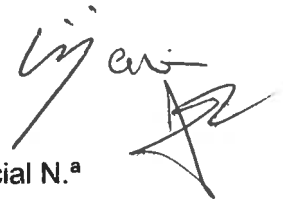
-----  
Pretendeu usar da palavra a Deputada *Margarida Parra Pires*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PSD, para em nome da sua bancada, dar os parabéns ao Centro Social Nossa Senhora de Fátima por “este projeto tão importante quanto desafiador. Obrigada por construírem esta ponte essencial entre quem precisa e quem pode e quer ajudar. Obrigada por nos dar a oportunidade de podermos ser colo, carinho, casa e porto de abrigo para crianças em situação vulnerável que permitirá, que as crianças que precisam tenham a possibilidade de estabelecer o vínculo afetivo num ambiente acolhedor, que saiba respeitar as marcas do seu passado e, sobretudo, que lhes dê perspetivas para um futuro melhor.” Proferiu a Deputada que terminou a sua intervenção com o desejo de sucesso para este projeto. -----

-----  
Usou da palavra o Deputado *Nélio Pimentel* para, em primeiro lugar, reconhecer, ao Sr. Presidente da Assembleia, a abertura a este tipo de projetos e a apresentação de associações a todos. Em segundo lugar, dirigindo-se aos apresentadores do projeto para dizer-lhes que “a vida sem amor pelo nosso semelhante, não faz qualquer tipo de sentido e são projetos destes que fazem com que a sociedade vá cumprindo o seu papel, vá andando, e que todos nós possamos estar incluídos nela. Desejar-lhes boa sorte para o projeto e agradecer-vos pelo vosso trabalho por Macedo.” Rematou o deputado. -----

-----  
**Aberto o primeiro período de inscrições dos Deputados Municipais, usaram da palavra:** -----

-----  
O Deputado *Rogério Pires*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PS. No uso da palavra o Deputado frisou que “as patologias do foro mental são uma das principais causas de incapacidade no nosso país. Tanto é que começa a receber uma atenção especial do nosso Governo e também no nosso distrito se começa a olhar para essa área, com mais atenção e vontade de querer fazer algo”, endereçando os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara por ter assumido a presidência do Conselho Coordenador de Saúde Mental do nosso distrito, área que considera fundamental e nova, sendo necessário desbravar caminho e reinventar a capacidade de apoiar a comunidade. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Deputada *Margarida Pires*. No uso da palavra a Deputada referiu estar a meio o mandato autárquico 2021-



Usou da palavra o Dr. *Frederico Amaro* para agradecer, em nome do Centro Social N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Fátima, a oportunidade de apresentar esta nova resposta social: Acolhimento familiar. Depois de destacar a história da instituição, que se encontra em funcionamento desde 1989 que iniciou a sua atividade com a “prestação de serviços na área da infância”, posteriormente alargada à população envelhecida da freguesia de Lagoa, “motivadas pela necessidade de criar um local que pudesse acolher crianças e jovens em situação de risco, abriu o centro de Abílio Vaz das Neves em Macedo de Cavaleiros. Esta instituição abraçou, recentemente, um novo desafio de apoio à comunidade com uma nova resposta social: O acolhimento familiar com o slogan: “Criar pontos de afetos”, que abrange todo o distrito de Bragança, com base na ideia de que no “seio de uma família há lugar para receber, acolher, cuidar e amar uma criança.” Referiu passando a partilhar o vídeo da campanha nacional de acolhimento familiar. -----

-----  
Uso da palavra a Dr.<sup>a</sup> *Nidia Curopos* para explicar o conceito de acolhimento familiar, “uma medida de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em perigo de caráter temporário com o intuito de regresso à família de origem, a colocação em meio familiar estável de uma criança ou jovem que está em situação de perigo, garantindo o afeto, o bem-estar e o seu pleno desenvolvimento, que tem como objetivos” satisfazer as necessidades físicas, psíquicas e emocionais e sociais de uma criança, estabelecer laços afetivos, seguros e estáveis. Esta medida destina-se a crianças e jovens entre os zero e os dezoito anos, que se encontrem em situação de perigo, podendo perlongar-se até aos vinte e cinco anos. -----

À família de acolhimentos pede-se “tempo e disponibilidade” para cuidar e acompanhar, com responsabilidade e amor, uma criança ou jovem e proporcionar-lhe um ambiente familiar seguro e afetuoso respeitando a sua história de vida, com consciência de que é “uma fase temporária” e “não o caminho para adoção”. Adiantou o Dr. *Frederico Amaro* que passou a referir os requisitos necessários para ser família de acolhimento e os apoios a que estas têm direito. Passando, de seguida, a apresentar um vídeo de testemunho de experiências de famílias de acolhimento. -----  
Para terminar informou que no dia 19 de janeiro acontece a primeira sessão informativa e que quem tiver dúvidas poderá esclarece-las através de *e-mail* ou telefone, com o Centro Social D. Abílio Vaz das Neves.-----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** questionou se havia alguém que pretendesse usar da palavra. -----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten marks: a signature and the number '12'.*

Aludindo à notícia relacionada com a polémica que envolveu o Laboratório de Trás-os-Montes, e ao facto de que a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros ter participação neste, a Deputada afirmou ser “importante saber o que é que vai acontecer no futuro”, não no que concerne ao processo judicial, mas no que diz respeito à continuidade da empresa, à situação dos funcionários do laboratório e quais as implicações financeiras para o município. Recordando a aprovação em sede Assembleia Municipal do plano de gestão de riscos e corrupção, questionou se “o mesmo está em execução, se existem relatórios e dados do município sobre o seu cumprimento atual”. Terminou.-----

-----  
O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *Nuno Trindade*, membro do grupo parlamentar do PS. No uso da palavra o Deputado deu os parabéns ao Executivo pela iniciativa de ir “às aldeias buscar as crianças para a cidade do Natal. No caso da minha aldeia serão 10 crianças, que ficaram contentes e algumas delas perguntam aos pais quando é que é dia 27.” Referiu o Deputado para transmitir a felicidade das crianças da sua freguesia. De seguida, e tendo a “ideia de que é o município que paga à Resíduos do Nordeste, em função do número de contentores, perguntou de quem é a responsabilidade da manutenção destes, porque além de serem em número reduzido, na sua freguesia, os existentes estão em estado degradado promovendo a degradação do local onde estão localizados. “Afinal, de quem é a responsabilidade de substituir esses equipamentos quando não estão funcionais?” Questionou. -----

De seguida e aludindo à concordância “de todos, quanto à importância da criação de reservatórios de água” e não estando a ver grandes desenvolvimentos neste domínio, tendo sinalizado dois para a sua freguesia que aguardam estudo, pediu ao Executivo esclarecimentos acerca da continuidade da criação dos reservatórios de água. Para terminar, e tendo em conta a fraca representatividade na ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias, grande responsável pelas condições financeiras destas, com apenas cinco freguesias do concelho de Macedo de Cavaleiros associadas, o Deputado lançou um desafio aos Presidentes de Junta para se associarem a esta entidade dando-lhe força para continuar a defender os interesses das Juntas de Freguesia. -----

-----  
Usou da palavra o Deputado *Nélio Pimentel* para perguntar, “ao Sr. Presidente da Câmara, uma vez que os Lusos Macedo de Cavaleiros já não utilizam as instalações

2025, sendo tempo de fazer um balanço do mandato e das suas intervenções neste fórum. Assim, no que concerne às suas intervenções, lembrou os temas por si abordados “tendo por base o bem-estar das pessoas, principalmente as que se encontram em situações mais vulneráveis”. Disse a Deputada passando a referir-se a intervenções. Assim, no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois- “solicitei a criação de um serviço de transportes gratuito para doentes oncológicos do nosso concelho; No dia vinte e oito, de dezembro de dois mil e vinte e dois.- “Perguntei quantos idosos viviam isoladas no concelho de Macedo de Cavaleiros, qual a sua distribuição por freguesia e qual o plano de ação e intervenção e apoio do município “ aos idosos identificados na operação Censos Sénior 2022; No dia vinte e oito de abril, de dois mil e vinte e três - solicitou a revisão do regulamento do programa “Macedo Cuidar” e “Macedo Cuidar +” e após esta a massificação da sua divulgação através de todos os Presidentes de Junta das Freguesias, para que toda a população, com mais de 65 anos de idade, beneficiasse deste programa, através da atribuição gratuita do cartão Municipal Sénior.” Referiu a Deputada que constatou que nenhuma das temáticas, por si abordadas, está resolvida, fazendo um paralelismo com um exame académico, atribuindo uma classificação negativa ao desempenho do Executivo. ----- Tendo constatado que “muitas deliberações das reuniões ordinárias da Câmara Municipal em relação ao “Macedo Cuidar+”, no que concerne ao apoio na aquisição de medicamentos, questionou “onde está o tão anunciado projeto pioneiro” de apoio aos doentes crónicos, noticiado no dia vinte e seis de abril de 2018, no site da rádio Onda Livre, passando a citar a notícia que previa a análise das situações dos doentes crónicos carenciados e a criação da bolsa do medicamento. -----

-----  
Usou da palavra a Deputada *Jacinta Lopes*, porta-voz do grupo parlamentar do CDS-PP para manifestar que, “infelizmente, este Executivo já demonstrou que planear não faz parte da sua gestão, afirma reiteradamente que aposta no setor comercial e nas empresas, mas deparámos com situações que demonstram as dificuldades na materialização e no desconhecimento, ou no deixa andar, tanto faz.” Afirmou, passando a referir ter observado a paragem de um camião na rotunda da Zona Industrial para visualizar a sinalética onde constam as empresas. “Como não conseguiu ver, o motorista teve que sair da viatura e deslocar-se a pé para junto do placard informativo, colocando-se em risco e colocando outros.” Contou a Deputada questionando se é suposto colocar sinalização vertical informativa numa rotunda onde as viaturas não podem parar e onde não existem passeios para as pessoas acederem a esta informação em segurança? -----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

Sendo certo que uma política fiscal refletida e focada nas famílias deverá integrar o eixo de responsabilidade social municipal que orienta a gestão pública neste momento de particulares dificuldades económicas e sociais, e esta possibilidade de prolongamento em dois anos da duração desta isenção constitui uma forma de aliviar as famílias que contraíram crédito à habitação nos últimos anos - em especial os agregados familiares mais jovens - e que, por esse motivo, poderão sofrer de forma mais intensa o impacto do aumento das suas prestações, e simultaneamente configura, no caso, um incentivo à fixação de população, sobretudo mais jovem, no interior já por si cada vez mais despovoado e envelhecido. -----

Assim, atento ao exposto, o Grupo Parlamentar Unidos por Macedo, ao abrigo do disposto da alínea c), do n.º 1 do artigo 19.º conjugado com o n.º 2, do artigo 40.º ambos do Regimento, propõe que a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, na sua Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023, delibere: Aprovar, nos termos do disposto no artigo 28.º da Lei.º 56/2023 de 6 de outubro, que preconiza a última alteração ao artigo 46.º do EBF, a prorrogação por mais dois anos da isenção de IMI para efeitos do n.º 1 e 3 deste artigo 46.º e a sua comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, até 31 de dezembro, para que assim, vigore no ano seguinte.”-----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado *Miguel Caseiro*, membro do grupo parlamentar do PS.** -----

-----  
No uso da palavra o Deputado *Miguel Caseiro* endereçou os parabéns ao Executivo, em particular à Vereadora com o pelouro da Educação, *Sónia Salomé*, pela iniciativa em deslocar os professores das AEC`s aos centros de dia e ao apoio domiciliário, referindo que a música traz muitos benefícios ao ser humano, impactando positivamente o bem-estar e o dia-a-dia, no “caso dos idosos é também uma forma de participarem ativamente numa atividade de animação, a cantar ou a bater palmas, ou seja, de que forma desejarem”. Na qualidade de membro da Comissão Municipal da Educação e Desenvolvimento Social, o Deputado afirmou ter estado presente na segunda sessão da AMJ - Assembleia Municipal Jovem e que gostou muito de ouvir os jovens, com “discursos de quem defende realmente a sua terra e esperamos que assim se mantenham no futuro” devendo ser alimentado nos jovens discursos que se pautem pela defesa de toda a comunidade. Neste sentido propôs, ao Sr. Presidente da Assembleia a criação de um espaço na Assembleia Municipal destinado a

do estádio, e já não participam no campeonato distrital se “tendo em conta que há uma quebra contratual, qual foi o pedido de indemnização à empresa? Qual o valor e se esta já foi paga”. De seguida, o Deputado referiu que a “lei que materializa o programa mais habitação, a Lei 56/2023, 6 de outubro, que entrou em vigor a 7 do mesmo mês, veio alterar o estatuto dos benefícios fiscais, possibilitando às Assembleias Municipais a concessão de uma isenção de dois anos adicional ao IMI na habitação própria permanente, desde que a deliberação da Assembleia, seja comunicada à autoridade fiscal até 31 de dezembro.” Passando a apresentar, em nome do Grupo UPM, a proposta que se transcreve: -----

“Considerando que:-----

- a) Nos termos n.º 1, 3 e 5 do artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de julho, “Ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis (...), os prédios ou partes de prédios destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar...”, nas condições descritas, pelo período de três anos; -----
- b) A entrada em vigor da Lei.º 56/2023, de 6 de outubro, que aprova um conjunto de medidas no âmbito da habitação e que procede a diversas alterações legislativas, promoveu alteração na redação ao aludido n.º 5, do artigo 46.º do EBF, possibilitando a prorrogação da isenção por mais dois anos mediante deliberação da assembleia municipal; -----
- c) A deliberação da Assembleia Municipal “deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, até 31 de dezembro, para vigorar no ano seguinte” (cfr. n.º 5 in fine do artigo 46.º do EBF); -----
- d) Este benefício fiscal vai ao encontro do melhor espírito das atribuições dos municípios, mormente no domínio da habitação, nos termos do artigo 23º, nº 2, alínea i), do anexo à lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alinhado com o artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa que consagra o direito universal à habitação, encontrando-se plasmado na alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo que incumbe ao Estado, para assegurar o direito à habitação “(...) estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria (...); -----
- e) Este benefício fiscal não integra as propostas do Pacote Fiscal para o ano de 2024 apresentado pela Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal no ponto 5. da Ordem do Dia; -----
- f) E que a deliberação pela aprovação deste benefício fiscal não se traduz em despesa adicional ao Orçamento da Câmara Municipal; -----

*Cij* *cel*  
*[assinatura]*

intervenções dos jovens que constituem a AMJ, para que continuem motivados para participar ativamente na vida pública e política e conhecerem o espaço da Assembleia Municipal, as metodologias utilizadas, assuntos discutido, funcionamento e ordem de trabalhos. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, na qualidade de mentor e Presidente da AMJ, interveio para adiantar ao Deputado *Miguel Caseiro*, que a sugestão apresentada está a “ser equacionada mas que também depende da escola e da abertura que esta terá para que isso aconteça.” Frisou. -----

-----  
Usou da palavra a Deputada *Maria José Moreno*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PSD para referir a época natalícia e a iluminação de Natal, com cidades a vestirem-se de “cor e a nossa” questionando “onde está a cor da nossa cidade? onde está o dinamismo? onde está a vivência? onde está o brilho? Porque teima em encafuar o nosso Natal em duas naves sombrias e cinzentas, onde as pessoas ficam chateadas, porque não fazem negócio no primeiro dia e abandonam as barraquinhas.” Disse a deputada considerando ser oportuno rever a opção para o ano porque a cidade tem que ter um cartão-de-visita para os forasteiros. “A música, a iluminação, os mercadinhos de Natal, a animação e as figuras decorativas nas ruas, tornariam esta época natalícia mais especial para os macedenses e para todos aqueles que nos visitam. Porque quando chegam cá, o cartão-de-visita é tão negro que fogem para as outras cidades. Estamos a morrer, e com a agravante de não ajudarmos o comércio local, porque se houvesse movimento na rua, as pessoas impulsivamente compravam. Estão encafuados em duas naves, com uma acústica completamente estrondosa. Há que ter atenção, e não venham com a desculpa do frio e chuva. Com certeza conhecem cidades europeias com neve, com chuva, onde há vinho quente e animação calorosa no meio da rua, que celebra o Natal ao ar livre, com gargalhada conjunta, que aquecem a alma e o espírito de alguém que já se encontra tão deprimido, como é o nosso concelho.” Manifestou a Deputada passando a apelar à dinâmica, não esquecendo o comércio local e a questionar o Sr. Presidente quanto realmente à missão de promoção da cidade e do concelho, “como um postal para o exterior”. “Onde está esse espírito de missão? Onde está a progressão desta terra em que o Senhor diz ter tanto orgulho?” Rematou. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Deputado *Ramiro*



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

Valadar, membro do grupo parlamentar do PS. -----

No uso da palavra o Deputado adiantou trazer dois assuntos à Assembleia: O primeiro relativo à “estrada que vai da Mitalco” até á aldeia de Morais, a “precisar de uma intervenção na marcação por se trata de uma zona muito atingida pelo nevoeiro e a estrada da Sobreda para a Paradinha tem buracos e necessita de ser intervencionada.” O segundo assunto que motivou a sua intervenção prende-se com o facto de “no dia 15 de Outubro, houve uma homenagem ao nosso falecido *Mário Teles*, para o qual todas as pessoas do concelho foram convidadas. Quero agradecer publicamente ao engenheiro *Beraldino Pinto*, aos membros da Câmara Municipal, e a várias pessoas ligadas ao PS” que marcaram presença na homenagem ao ex-autarca, recentemente falecido. “É pena que outras bancadas não tivessem estado presentes”, manifestou o Deputado que passou a dirigir-se aos seus homólogos presidentes de junta afirmando que “os partidos só se lembram de nós, enquanto temos votos e ficou demonstrado o que é política. Apareceram várias pessoas com ligação ou PS e foi caricato não haver nenhuma pessoa ligada ao PSD a quem aquele homem tanto deu”. Referiu o Deputado que terminou a sua intervenção agradecendo, em nome da freguesia de Morais e da família, a todos os que estiveram presentes na homenagem ao Sr. *Mário Teles*. -----

Usou da palavra a Deputada *Raquel Costa*, membro do grupo parlamentar do PSD para relatar ter recebido, no dia anterior à Assembleia Municipal, um *e-mail* dos serviços municipais, mais “concretamente da Divisão de Ambiente com aviso, nos termos do qual, no seguimento da análise da água consumida em Arrifana, realizada no dia 15 de Dezembro, a mesma apresenta nos seus resultados, desconformidade e incumprimento dos parâmetros legais para as bactérias coliformes, situação que já não é a primeira vez que acontece. Pese embora a desconformidade não seja suficientemente relevante que justifique a interrupção do consumo e do abastecimento pedem os serviços municipais, que se avise a população, o que não deixa de incutir grande preocupação acerca da qualidade ali fornecida e consumida. Apesar de eu ser leiga na matéria, suponho, e creio que não é descabido, que esta desconformidade e este resultado não é alheia a falta de saneamento básico naquela localidade, e ao facto de as fossas partilharem o mesmo subsolo da captação do furo artesiano localizado no centro da aldeia. Apelo por isso, publicamente, para a necessidade urgente de assegurar a qualidade da água ali consumida e que, no próximo ano a

conduta para abastecimento de água da ETA seja uma realidade. O mesmo se diga quanto ao saneamento, são necessidades básicas e prementes da freguesia que, contrariamente às estatísticas do concelho nos últimos Censos, verificou um acréscimo da população na ordem dos 9%", sendo urgente assegurar condições condignas de salubridade porque se trata de saúde pública, higiene e qualidade ambiental em plena paisagem protegida da Albufeira do Azibo. "Estamos ansiosos que 2024 seja o ano de por cobro a esta situação e haja finalmente condições financeiras de executar obra em Vale de Prados." Rematou a Deputada. -----

-----  
Usou da palavra o Deputado *Duarte Dias*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PS, para mencionar que estamos em dezembro, mês tradicionalmente de balanços e, este ano em fase final de quadro comunitário, solicitando, neste enquadramento, ao Sr. Presidente da Câmara um balanço das obras que foram executadas, a que estão finalizadas e qual é a taxa de execução do quadro comunitário que agora termina. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Deputado *David Martins*, membro do grupo parlamentar do PSD. No uso da palavra o Deputado recordou os presentes de que na sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023 foram aprovadas as contas relativas ao ano de 2022 tendo manifestado dúvidas que não foram esclarecidas pelo Executivo. As respostas às suas questões foram-lhe hoje entregues, passados oito meses, passando a recordar a primeira questão e a resposta a esta que passou a ler: O saldo a 31 de dezembro de 2022 do empréstimo BEI que consta do Quadro 7 da pág. 60, é de 2.000.606,78 € e não de 2.606.000,79 €. O total do empréstimo do BEI foi, por lapso, incorretamente transposto, ou seja, deveria estar o valor de 2.000.606,79 € que consta no Mapa de Empréstimos supra identificado. A segunda questão colocada, relativa ao acordo para pagamento das dívidas de águas com o consórcio que integra as três Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, no montante de 7.454.906,00 euros, renegociado em agosto de 2021. E fruto desta renegociação, a dívida passou a ser de 6.514.525,00 €, com uma redução de 940.000 € e apenas foi contemplado o valor da amortização entre a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, não tendo sido considerados os montantes em dívida às outras duas Caixas de Crédito Agrícola Mútuas, pelo que o valor correto em dívida é de 5.650.000,00 € e não 5.194.000,00 €. "Nós não somos obrigado a adivinhar que há lapsos, nós só temos que ler os documentos. Se há lapsos, não havia problema nenhum em a câmara, o executivo ou os próprios funcionários, virem ao palanque e admitirem que houve um erro." Afirmou o Deputado para quem as respostas não foram



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

esclarecedoras, mantendo-se com dúvidas que gostaria de ver esclarecidas. Assim, questionou “se o acordo foi renegociado em agosto de 2021 não é estranho não estar plasmado nas contas de 2022? Ao não serem considerados valores em dívida às outras duas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, e havendo uma diferença de meio milhão de euros, aproximadamente, não estão as contas feridas de legalidade? É legítimo ter dúvidas, não podemos adivinhar o que não aparece no documento, o que não é normal, é um Deputado abandonar uma Assembleia Municipal por não ver as suas dúvidas esclarecidas.” Rematou o Deputado. -----

-----  
Usou da palavra a Deputada *Beatriz Pereira*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PS, para falar e agradecer uma iniciativa feliz promovida pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. “Imagine uma criança feliz por sua causa! Pois foi isso que aconteceu no nosso concelho com a iniciativa “Árvore do Imaginário” A Câmara Municipal, ciente do seu papel enquanto entidade promotora do bem-estar social, delineou esta iniciativa singular e profundamente significativa, com a intenção, não apenas de celebrar os festejos natalícios, mas também de fomentar a solidariedade e a consciência social, criou um espaço de referência que se tornou um ponto de convergência para a comunidade. O cerne desta ação recaiu na sensibilização da população para a realidade muitas vezes invisível e dolorosa da pobreza infantil, uma realidade que afeta milhões de crianças em todo o mundo. Estar imerso nesse contexto significa não apenas a privação material, mas também o cerceamento de oportunidades, direitos e, muitas vezes, a negação do mais básico: uma infância digna. As crianças, em situação de pobreza, frequentemente enfrentam um ciclo interminável de desvantagens, com repercussões profundas no seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo.-----

No caso do nosso concelho foram identificados 173 meninos e meninas que estão próximos desta situação. Talvez neste Natal não tivessem um presente, mas a “Árvore do Imaginário” floriu em Macedo de Cavaleiros com o brilho de sorrisos. Foi Sob a égide da generosidade e da empatia, que esta iniciativa permitiu que cada indivíduo que retirasse um envelope da árvore o fizesse sem conhecer a criança a quem a sua oferta seria destinada. Apenas dados como idade e sexo estavam indicados, preservando assim a pureza e a universalidade do gesto. O resultado foi algo genuinamente mágico. Cada criança contemplada recebeu um presente sem saber quem foi o benfeitor, resguardando-se assim a essência da surpresa e da magia que envolve esta época festiva.” Enalteceu a Deputada considerando que a dinâmica



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten signature and initials.*

abrangente, basta ver as reuniões de câmara, e verificar que em quase todas existem aprovações de participações na aquisição de medicamentos. Tudo o que é projeto é objeto de análise podendo ser, ou não, viável. Queremos o melhor para o nosso concelho e estamos recetivos à apresentação de propostas, dispomo-nos a ouvir e a colocá-las em prática, se forem válidas. Essa é a minha postura.” Afirmou o edil adiantando que estão em curso uma série de projetos, alguns já aprovados pois é intenção do executivo “que o nosso concelho seja beneficiado o máximo possível com projetos válidos. Toda a gente sabe que eu estou aqui com espírito de missão, não estou apegado ao lugar, não quero poder, eu quero sim fazer parte do progresso do nosso concelho.” Frisou o autarca. -----

À Deputada *Jacinta Lopes*, que destacou a falta de planeamento do Executivo, o Sr. Presidente da Câmara afiançou que “nada é feito sem planeamento. Sem este não há realmente progresso, não há crescimento. O que se tem visto no nosso concelho, é crescimento, dia a dia”, em todos os setores, “no imobiliário, nas construções, nos empreendedores porque acreditam e são esses que nos dão alento e conforto”. -----

A propósito da sinalética existente na Zona Industrial, o edil afirmou que existem placas nas rotundas em várias zonas de acolhimento empresarial, que são meramente informativas. “Quem aqui quiser estacionar, conhecendo as regras de trânsito, sabe que não o pode fazer. Quem presenciou a paragem só tinha que alertar o motorista para a prática de uma manobra perigosa, convidando-o a estacionar ao lado, onde é permitido, e ir consultar a placa”. Frisou. -----

Quanto à questão da participação no laboratório Regional, o edil referiu não advirem implicações financeiras para o município mas que existem preocupações com os funcionários, garantindo que o Sr. Vice-Presidente, na qualidade de Presidente não Executivo do laboratório em causa, está a “envidar todos os esforços para resolver as situações do laboratório, das instalações, dos serviços e principalmente das pessoas. E pode acreditar que vai haver solução”. Afiançou o edil. -----

Relativamente à intervenção do deputado *Nuno Trindade*, a qual agradeceu, porque o Executivo também gosta de ouvir elogios e saber que as crianças de Lagoa, em número significativo, tiveram oportunidade de vir à Cidade Natal, que foi o” possível. Queremos que as crianças tenham conforto e queremos ajudar as instituições de cariz social, como a Cercimac. Todos os anos temos construções e divertimentos diferentes e, melhor ou pior, são feitos por uma instituição de cariz social e temos a obrigação de trabalhar em parceria com eles. Recebo o elogio que se deve à componente ativa do



revelou a verdadeira essência da solidariedade anónima e do gesto altruísta que acompanha cada um de nós. -----

“É imperativo enaltecer e louvar o esforço coletivo da sociedade macedense nesta atividade. O envolvimento ativo e entusiástico de cada indivíduo que contribuiu para esta nobre causa é um reflexo da união e da solidariedade ativa que permeiam esta nossa comunidade. É digno de destaque o facto de todas as crianças sinalizadas pelo SAAS/RSI CPCJ e Juntas de Freguesia terem sido contempladas com um presente neste Natal.” Frisou a Deputada que entendeu que a ação solidária iluminou o Natal das crianças presenteadas e aqueceu os corações de todos os que se envolveram. “Que esta iniciativa perdure como um farol de solidariedade, inspirando-nos a olhar para além de nós mesmos e a estender a mão a quem mais necessita, não apenas durante esta época festiva, mas ao longo de todo o ano. O verdadeiro espírito do Natal reside na partilha, na empatia e na alegria de tornar o mundo um lugar melhor.” Enalteceu a Deputada *Beatriz Pereira*. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos Deputados Municipais. -----

No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Câmara** saudou a todos, desejando Festas Felizes, um bom Natal e um Ano Novo pleno de prosperidade, “que é isso que pretendemos para o nosso concelho e para todas as famílias macedenses”. -----  
Tendo entendido a referência do Deputado *Rogério Pires*, como uma saudação que homenageia o município, com a eleição para a Presidência do Conselho Consultivo Local de Saúde Mental, uma imposição legislativa e um trabalho que se faz em rede, “o nosso território enche-nos de orgulho em quase tudo. Este é mais um dos exemplos. Temos serviços de saúde mental que fazem um trabalho de proximidade, de assistência, de internamento e de urgência com respostas rápidas”, motivo de duplo orgulho enquanto membros eleitos e membros nomeados para a Presidência deste Conselho local. -----

À intervenção da Deputada *Margarida Pires*, relativamente ao transporte de doentes oncológicos, o edil argumentou que sempre que há solicitação ao município, há resposta e o município paga a quem o solicita. Quanto à revisão dos regulamentos, “são situações que ponderamos. Nada é estático, tudo é dinâmico, desde que haja vontade e estamos cá para satisfazer as necessidades da população e as suas solicitações, que são sempre variáveis. “Posso afirmar que faço sempre o melhor que sei, com espírito de missão. A comparticipação de medicamentos é cada vez mais

gabinete de Apoio Social e da Ação Social Educativa. Portanto, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora e toda a equipa merecem realmente, os parabéns.” -----

Quanto à questão dos contentores, e da Resíduos do Nordeste, o autarca referiu não ser uma competência do município, mas sim dos Resíduos do Nordeste relatando que ele próprio foi presenteado, à sua porta, com um contentor todo partido, tendo reportado o sucedido à empresa e aos serviços de urbanismo e da divisão ambiental do município. Estes serviços podem receber essas queixas e remeter à Resíduos do Nordeste e esta procede à substituição. “Temos direito a isso, para isso pagamos.” Frisou, acrescentando que, sendo o município associado da Resíduos do Nordeste, associação que dá lucro, devemos reclamar e ela tem obrigação de fornecer contentores em bom estado acrescentando que essas situações sejam reportadas ao município, que por sua vez, reportará à Resíduos do Nordeste. -----

Relativamente á intervenção do Deputado *Nélio Pimentel* a propósito da equipa Lusos, já extintos, situação que não conhece todos os contornos, mas que reconhece como uma aposta do município sem implicações financeiras, que implicava cedência de instalações para treino que representavam um grupo de jogadores que aqui treinavam e alguns residiam em Macedo de Cavaleiros, onde consumiam e animaram o comércio local e o imobiliário e que o município não pediu qualquer indemnização porque não houve prejuízo.-----

A propósito da habitação e da alteração fiscal à lei dos art.º 40.º e 46.º, o edil considerou que terão que analisar a propostas e se esta for válida, e que não implique grandes custos para o município, será tida em conta, porque queremos “ajudar jovens, estimular a sua instalação e criar-lhes condições para que se sintam incentivados a fixarem-se, considerando a prorrogação de isenção do IMI, por mais dois anos, “muito importante”. -----

Ao Deputado *Miguel Caseiro*, cuja intervenção foi no sentido de sua integração na Comissão de Educação e Desenvolvimento Social, o autarca manifestou ser importante receberem informação do que se passa, porque também é “nossa função não só participar, mas transmitir à Assembleia e dar a conhecer à população as medidas que sugerem e aprovam. Todas as propostas serão bem-vindas e nós estaremos a trabalhar em paralelo com as Comissões.” Proferiu o Sr. Presidente da Câmara. -----

Em relação à intervenção da Deputada *Maria José Moreno*, que se pautou pela iluminação natalícia e a dinâmica da época, o edil considerou “curioso que todos os anos temos estas críticas, mas eu nunca tive tantos elogios como este ano. A cidade está bonita”, frisou. “Se eu optar por gastar dinheiro em iluminação, posso ter a cidade



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

toda iluminada, mas eu opto por gastar dinheiro com iluminação como se fosse na minha casa, porque há outras prioridades. É bom proporcionar alegria, mas nós optamos por privilegiar as crianças”, referiu aproveitando a oportunidade para parabenizar todos os Presidentes de Junta pelas “iluminações fantásticas” nos sítios mais importantes. A propósito dos festejos natalícios nas naves, o autarca retorquiu que noutros anos foram criticados por fazer um Natal na Praça do Município que era muito frio, tendo a opção sido as naves, local onde até os jovens querem fazer a passagem de ano, solicitando a compreensão e retorquindo que no próximo ano será feita a vontade a todos: “dentro e fora”. -----

“Fazemos política, disse a Deputada e muito bem. Eu faço política com isto, não quero gastar muito dinheiro. Queremos contas rigorosas. Queremos rigor e responsabilidade e não queremos entrar em funduras para não correr os riscos do passado. Eu lembro-me do dinheirão se gastava com a feira de S. Pedro. Para quê? Para dizermos, passados vinte anos que estive cá o Tony Carreira? E as obras? E as dívidas que ficaram? Espero que, no final do ano de 2024 possam dizer que temos dívidas que foram negociadas e que acabaram para que quem vier em 2025 fique feliz porque não terá as dívidas que herdamos e que nos causaram grandes constrangimentos.” Desabafou o Sr. Presidente da Câmara. -----

Quanto ao comércio local, ainda no âmbito das interpolações da Deputada *Maria José Moreno*, o edil afirmou que estão a trabalhar na proximidade, e “lado a lado”, com a Associação Comercial, a quem têm atribuído todos os benefícios possíveis e apoiado, “contra tudo e contra todos” e que, neste momento, a Associação Comercial tem alguma saúde financeira devendo fazer um trabalho maior no sentido da promoção do comércio local, à semelhança de Natais anteriores, com a parceria do município. -----

Quanto à intervenção do Deputado *Ramiro Valadar*, “a estrada está a precisar de marcação”, anuiu, retorquindo que o município vai adquirir uma máquina de marcação, porque é “caríssimo mandar fazer marcações”. A propósito da estrada da Paradinha, “local por onde passa com frequência”, o edil concordou que esta está degradada desde as intempéries. Neste sentido e tratando-se de uma via de comunicação importante o edil anunciou já ter pedido que os buracos sejam tapados, para tentar maximizar as condições de segurança porque neste momento não há dinheiro para a alcatroar. -----

A propósito da homenagem ao “querido e desaparecido *Mário Teles*, um autarca que merecia toda a consideração, em que eu não pude estar, mas estive o Executivo e

fizemos questão de, no próximo boletim municipal, na página dedicada a Morais, uma homenagem ao autarca. -----

Relativamente à intervenção da Deputada *Raquel Costa*, que considerou “muito efusiva”, o edil frisou que os serviços municipais cumprem normas da ERSAR e que era necessário dar conta da existência da desconformidade estando em condições de adiantar que já “está tudo em conformidade”, que a contra-análise já dá essa segurança que poderá transmitir à população de Vale de Prados, informando que já está adjudicada a obra da rede de abastecimento de água e o novo reservatório, que iniciará em breve, para criar melhores condições apesar de poder afirmar, publicamente, que o concelho de Macedo de Cavaleiros está entre os melhores concelhos do distrito, em termos de percentagem de cobertura de abastecimento de água e saneamento. “Arrifana não será exceção e terá as mesmas condições que as outras aldeias”. Rematou.-----

Quanto à intervenção do Deputado *Duarte Dias*, que manifestou a vontade de obter um balanço do quadro comunitário, bem como a taxa de execução, o edil afiançou que o balanço seria algo extenso adiantando, “com orgulho” que a taxa de execução do município de Macedo de Cavaleiros irá chegar aos 100%, que o coloca entre os melhores municípios de Trás-Os-Montes e do Norte de Portugal, a executar. De seguida mostrou, à Assembleia Municipal, um quadro oficial, à data de 30 de novembro, que prova a sua afirmação, revelando uma taxa de 99,3% de compromisso efetiva. Não é o Presidente que vai ter negativa, é o Executivo e o município que vão ter positiva de quase 20 valores.” -----

Depois de avisar o plenário de que irá manter a sua coerência e não responder às questões do deputado David Martins, o Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou que os dados fornecidos estão corretos e auditados e passou a comentar a intervenção da Deputada *Beatriz Pereira*, manifestando o orgulho nos jovens que intervêm na sessão que revelam um “futuro político e honesto”. -----

Quanto à árvore imaginária, uma iniciativa dos serviços sociais, o Sr. Presidente da Câmara destacou o trabalho afincado das Vereadoras da área social e educativa e a, à semelhança da Deputada Beatriz, revelou a certeza de que haverá 173 crianças com sorrisos que, não estando em situação de risco, se aproximam dos critérios de pobreza infantil. Uma preocupação social do Executivo onde se enquadra a iniciativa da árvore do imaginário que aconteceu porque “o Natal faz-se todos os dias através da solidariedade com o próximo.” Terminou. -----

-----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o segundo período de intervenções. Inscreveram-se os Deputados Municipais: *Margarida Pires*, do grupo parlamentar do PSD; *Jacinta Lopes*, porta-voz do grupo parlamentar do CDS-PP; *Maria José Moreno*, do grupo parlamentar do PSD; *Nélio Pimentel*, do grupo parlamentar UPM; *Inácia Ferreirinha*, do grupo parlamentar do PS e *David Martins* do grupo parlamentar do PSD. -----

Usou da palavra a Deputada *Margarida Pires* para contrapor a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara à sua interpolação, manifestando não aceitar, como resposta, o facto de estarem a fazer muitos projetos. “Já estão a trabalhar no radar social, já fizeram a candidatura, já estão a constituir comissões de freguesia” entre outros, no entanto, “quando trabalhamos com medidas humanas e grupos vulneráveis, no meu entender, estes são prioritárias e não podemos estar à espera de qualquer candidatura”, muitos elementos desses grupos “vão partindo não voltam”, referiu a Deputada, recordando que há um ano atrás lhe falou no programa *Mimo*, como resposta à sua intervenção relativa aos idosos isolados, o que significa “que estamos parados”, afirmou.

Às portas de um final de ano, a Deputada desejou votos de um Ano Novo feliz e apelou, em nome de todos, principalmente “das pessoas em situações mais vulneráveis e nos grupos que aqui citei, que estes três problemas sejam prioritários a curto prazo”, proferindo, “com delicadeza e assertividade” em jeito de contributo para a “criação de ideias e estratégia”, para os problemas elencados. Recorrendo a palavras do Sr. Presidente da Câmara, expressas na ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, de sete de dezembro, onde proferiu ser obrigado a viajar, fruto das suas responsabilidades institucionais, o que “não quer dizer que seja investimento do município. Não somos só presidentes do município. Na minha ótica, autarcas incultos fazem autarquias definhadas e moribundas e eu não quero isso para a minha autarquia e esta é a minha visão estratégica das coisas e eu quero crescer e aprendo tanto quando vou à Espanha, à França ou à Itália. Vou onde me derem oportunidade de crescer e onde vá buscar novas ideias.” Face às palavras pronunciadas pelo autarca, a Deputada convidou-o a uma viagem até Miranda do Douro ou Alfândega da Fé, para ir buscar ideias sobre o que por lá se faz no âmbito da proteção da pessoa idosa, acrescentando que gostaria de ter visto, em Macedo de Cavaleiros, o seguro Saúde Municipal Macedo Saudável, compromisso integrante do caderno eleitoral, para este mandato. Neste sentido a Deputada sugeriu um encontro de municípios do distrito

*Ceb*  
*[Handwritten signature]*

de Bragança, com o objetivo de partilhar boas práticas, já que a população tem características comuns e problemas semelhantes, que poderá contribuir para o desenvolvimento da saúde mental, física e social das pessoas e das comunidades. ----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Deputada *Jacinta Lopes*.**  
-----

No uso da palavra a Deputada considerou que o Sr. Presidente da Câmara tem uma “tendência natural para se vitimizar e quando estamos a lembrar coisas que não estão bem e que podem ser alteradas, para melhorar e para desenvolver o nosso comércio e a nossa zona industrial, o Sr. Presidente acha que a culpa é sempre de outra pessoa qualquer.” Proferiu a Deputada, intencionando passar à frente porque o discurso é sempre o mesmo e o que motivou a sua intervenção foi o facto do Sr. Presidente da Câmara ainda não ter percebido quais são as competências da Assembleia Municipal. “Quando o Sr. Presidente vem aqui dizer, perante uma proposta apresentada pelos Unidos por Macedo, que a irá analisar. Não tem que analisar nada. Quem tem que analisar somos nós Deputados. Essa é competência da Assembleia Municipal. Esta instituição tem que ser respeitada. Como se respeita uma instituição se nem sabemos quais as competências de cada um? Sr. Presidente tem que respeitar os Deputados e eles irão votar de acordo com o que acharem.” Rematou a Deputada. -----

-----  
Usou da palavra a Deputada *Maria José Moreno* que “folga que o Sr. Presidente conseguiu perceber que tem projetos de intenção.” A propósito do Natal, tema abordado na primeira intervenção, a Deputada afirmou que se referia à dinamização da cidade que está “moribunda. Não está viva e precisamos de calor humano.” Esclareceu, passando a dirigir-se ao Sr. Vice-presidente, Rui Vilarinho, que na Assembleia Municipal, que aconteceu na aldeia de Carrapatos, a Deputada o questionou e este se ausentou, por razões de agenda, e não lhe respondeu. Assim, a Deputada intencionou “voltar á carga” com o assunto do campo sintético, questionando o que pretende fazer, uma vez que “quem quer assistir aos jogos tem de estar na envolvência do gradeado, em aglomerado populacional em que os adeptos assistem aos jogos em pé, e sem quaisquer condições.” Afirmou passando a questionar se pretendem colocar algum imobilizado na envolvência, para que quem for assistir à atividade aí praticada, estar minimamente confortável, mesmo que sejam essas envolvências bancadas provisórias? “Podem até responder que é um campo de treino, mas eu constato que é um campo de jogo. Senhor vereador, não acha que o



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

campo merece algo mais encorpado? Porque isto parece muito inacabado.” Argumentou a Deputada e de seguida, a propósito do Laboratório de Trás-os-Montes questionou o Sr. Presidente da Câmara o que está em causa e qual o motivo da polémica. -----

Usou da palavra o Deputado *Nélio Pimentel* para no âmbito do contrato celebrado com a equipa *Lusos de Macedo de Cavaleiros*, para recordar que no dia 29 de setembro, a Câmara Municipal dizia que tinha um contrato de dez anos e que o incumprimento deste resultava em coimas altíssimas. -----

Relativamente à proposta, apresentada pelo UPM, que em termos práticos significa que “uma família que tenha adquirido um imóvel, e que o tenha afetado a habitação própria e permanente em 2021 beneficiou da isenção automática de IMI durante 3 anos: 2021, 2022, 2023. O que a alteração legislativa agora preconiza é o prolongamento por mais dois anos, se deliberado aqui. Assim sendo e porque quem compra casa agora, são os mais novos, para continuarmos a poder dizer que estamos do lado das famílias e dos jovens, era uma ótima oportunidade aprovar esta medida. É à consideração da Assembleia Municipal que ela é colocada, salvaguardando, que não traz qualquer tipo de constrangimento orçamental, uma vez que já não estão a receber o IMI por parte daquelas pessoas. Se a proposta não for aprovada, essas pessoas não beneficiarão da isenção em 2024 e em 2025.” Terminou o Deputado. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à deputada *Inácia Ferreirinha* para, no âmbito da intervenção da Deputada *Margarida Pires*, contribuir com a sua opinião e a sua vivência, partilhando um caso de um familiar doente oncológico, utente da Segurança Social, em tratamento há dezoito meses e que ainda não teve qualquer despesa com o transporte. Enquanto foi seguida no IPO, era este que promovia o transporte. Neste momento, os tratamentos são em Vila Real e são os Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros que efetuam o transporte, sem custos para o doente. Assim e tendo em conta o relatado, a Deputada considerou que se a Câmara contribuir haverá uma duplicação de benefícios. Quanto à intervenção da Deputada *Maria José Moreno*, a Deputada manifestou concordar em absoluto com ela, era “muito bonito termos uma cidade engalanada, com cor, com vida, com o mercadinho de Natal muito grande. Era encantador, era maravilhoso. Mas o nosso Presidente já explicou a sua opção porque tem um objetivo, uma questão social que para ele é muito importante. Ao nosso Presidente toca-lhe muito a parte social, tal

*Cij* *cel*  
*JS*

como lhe tocou a educação. Os nossos meninos nunca estiveram numa escola tão bonita e com condições tão boas. Portanto, devemos-nos orgulhar. Quanto ao Natal, esteve bem. Não é o ótimo, não é o ideal, mas já foi aqui justificado. Tivemos adesão, tivemos no Mercado de Natal, sete participantes que estão todos os domingos no Passeio Alegre, no Porto. Conversei com alguns e não estavam assim tão desanimados e disseram que no próximo ano voltam". Interveio a Deputada que sugeriu que para o Natal de 2024 seja feito um mercado grande. -----

**Usou da palavra o Deputado *David Martins*** manifestando estranheza relativamente à intervenção de Deputados no segundo período de intervenções, quando o Regimento refere que só pode intervir no segundo período quem interveio no primeiro e que se só intervém no segundo período é para tirar dúvidas e não para esclarecer os Deputados. No que ao Regimento diz respeito, acrescentou que este refere que os Deputados têm direito a uma resposta, e não é por "uma criancice do Sr. Presidente do município, que não vai ter direito a essa resposta. A primeira coisa que nós temos que ter é respeito entre as instituições e entre as pessoas que estão à frente das instituições. Aqui somos todos medidos de igual forma e regemo-nos todos pelo mesmo Regimento. Sr. Presidente respeite o Deputado *David Martins*, como este respeita o Presidente *Benjamim Rodrigues*. Eu tenho direito às respostas. O 25 de abril de 74 deu-me esse direito. Eu fui eleito, como foi o Sr. Presidente. O Senhor foi eleito para representar a democracia e não a representa ignorando um Deputado que lhe faz perguntas. Quanto ao Sr. Presidente da Assembleia, já falámos diversas vezes na Comissão Permanente e, para mostrar o meu descontentamento com muita pena minha, apesar de me ter inscrito hoje para o jantar de Natal, não posso sentar-me ao lado de certas pessoas, que me ignoram completamente." Terminou. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos Deputados Municipais. -----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** manifestou ter apreciado a honestidade política da primeira intervenção, ao saudar algumas iniciativas do município nomeadamente o Radar Social, nos grupos vulneráveis, nas candidaturas, nos grupos que não voltam, dos idosos isolados, do combate à solidão e dos problemas prioritários, aos quais o Sr. Presidente referiu "estar atento e dar a melhor resposta possível. Temos que ter prioridades. Nas emergências atuamos". Referiu o edil garantindo que a área social, que tem estado nas mãos da vereadora *Sónia*



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*[Handwritten signatures and initials]*

*Salomé*, e atualmente nas mãos da vereadora *Susana Viana*, tem tido a melhor resposta possível pela “vereadora *Sónia* que tem feito um trabalho irrepreensível e incansável, ao qual a vereadora *Susana* está a dar continuidade. Uma área que melhora todos os dias e que representa um trabalho de uma aprendizagem nos dois sentidos: Sou uma pessoa muito preocupada em sair, não estou sentado à secretária. O meu local de trabalho é a mesa onde estamos todos e eu trabalho em grupo, com toda a gente, seja oposição ou instituição”, afirmou. -----

No âmbito do encontro de municípios, referido pela Deputada *Margarida Pires*, o autarca informou que estes levam a cabo muitas ações, onde existe a comunhão e partilha de ideias, valorizando a atuação conjunta da Comunidade Intermunicipal nas áreas da saúde, do social e da educação. -----

Quanto à intervenção da Deputada *Jacinta Lopes*, que aludiu à vitimização do Sr. Presidente da Câmara, este afirmou que o seu discurso não é de vítima mas sim de resiliência, de confrontar, de dar a cara e de “aceitar, sempre, as sugestões válidas e para bem do município,” que fará cumprir se tiver capacidade financeira. Assumindo que não tem qualquer problema em aceitar as opiniões dando, a título de exemplo, o terem sido alertados hoje para um erro dos serviços, que foi assumido “sem problemas”, reportando-se à proposta apresentada pelo Deputado *Nélio Pimentel*. A propósito da falta de respeito pelo órgão deliberativo manifestou que “não lhe serve”, pois respeita a instituição, os Deputados e a mesa e, a propósito da proposta, “que vocês vão aprovar e muito bem, pois trata-se de uma medida por nós preconizada e fundamental para os jovens, para quem ter uma primeira habitação é fundamental tal como o é para fixarmos gente”. -----

Quanto à dinamização da cidade, o edil deu, a título de exemplo, um cartaz que destaca atividades ao longo de todo o mês de dezembro, referindo as atividades que o município irá promover nos últimos dias de dezembro e que acontecerão nas naves da Feira de S. Pedro, porque “na rua está demasiado frio”. -----

A questão relacionada com o Laboratório de análises o Sr. Presidente da Câmara informou que o assunto seria explicado pelo Sr. Vice-presidente, que conduziu todo o processo relatará a situação real. -----

Ao Deputado *Nélio Pimentel*, a propósito da interpolação sobre o protocolo com os Lusos, disse que a tal premissa “existia”, com lugar a indemnização, à Associação de Futebol de Bragança, entidade com a qual foi assinado o protocolo, “se mudassem de nome”, o que não se verificou, ou se “saíssem de Macedo”, que também não aconteceu, “foram extintos” assim, não havia lugar a indemnização. -----

À Deputada *Inácia Ferreirinha*, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu a informação “isenta e que transmite a realidade” dos acontecimentos. -----

A propósito da intervenção a que se “recusou a responder”, deu nota de que respondeu às questões colocadas por escrito, destacando que os “valores do mapa a que se refere, estão vertidos nas contas que foram auditadas pelos revisores externos e isentos. Pelo que os dados não estão feridos mas corretos e auditados. No mapa houve efetivamente um lapso que em nada invalida as contas apresentadas, muito menos a sua fiabilidade. Mais, na carta que envia há muita baralhação e a troca de valores e de páginas. Portanto, a resposta foi técnica”, retorquiu o Sr. Presidente que deixou uma nota:” Eu não me importo de voltar atrás. Eu não me importava de recuar na minha posição, se assumisse, aqui, que nunca mais faltava ao respeito ao Presidente da Assembleia, nem aos cidadãos macedenses”, rematou. -----

Por solicitação do **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra a Vereadora *Sónia Salomé*. -----

No uso da palavra a Vereadora intencionou dar continuidade à resposta do Sr. Presidente da Câmara dando início à sua intervenção referindo-se à questão sobre o “pacote fiscal”, reiterando as palavras do edil neste âmbito, afirmando que foi dada indicação aos serviços para tratarem do pacote fiscal, à semelhança de outros programas governamentais, no âmbito da nova política da habitação, e que houve um lapso e a ausência no pacote fiscal da prorrogação do IMI com isenção e aprovação de isenção por mais tempo. -----

Relativamente ao setor social, e numa altura de transição do pelouro, em que toda a dinâmica social tem sido uma competência sua, que passará a ter continuidade com a Vereadora *Susana Viana*, no que concerne à questão colocada pela Deputada *Margarida Pires*, a Vereadora disse que a concertação entre municípios existe e o Executivo tem conhecimento dos programas, ações e iniciativas que outros municípios implementam, sendo que as medidas não se adaptam, de forma transversal, a todo o território. -----

Quanto ao programa Macedo Cuidar, assunto que a Deputada Margarida tem abordado várias vezes, a Vereadora afirmou que este está a ser revisto nomeadamente no âmbito da transferência de competências, no sentido de acomodar o SAAS - serviço de atendimento e apoio social, com a atribuição de outro tipo de apoios em vez de duplicar serviços. Estando, neste sentido, a ser revisto o programa Macedo Cuidar e Cuidar +, de forma a uniformizar todos os apoios que o município atribui, dando nota de que no mesmo sentido foi efetuado o recrutamento de pessoas



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

para o serviço de atendimento social, que conta com recursos humanos no terreno que diariamente “acompanham as pessoas que mais necessitam, desde famílias aos mais idosos.” Destacou a Vereadora anunciando que foi criada uma parceria com a GNR para acompanhamento de idosos, apelidado de Apoio 65: um policiamento de proximidade que leva os técnicos do município regularmente às freguesias. Ainda no âmbito social, foi submetida uma candidatura “o radar social” que pressupõe a identificação e mapeamento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, no sentido de reforçar o acompanhamento que já está a ser efetuado no terreno. -----

Relativamente ao apoio aos doentes oncológicos, a Vereadora referiu que estes são pagos diretamente pelo Ministério e o município, através do SAAS, também o efetua quando solicitado, pagando o bilhete de autocarro. Ainda no âmbito social, o município está a apoiar outras situações, nomeadamente prestações de casa, o pagamento de despesas de eletricidade ou a compra de eletrodomésticos a agregados familiares que pontualmente não conseguem mudar a sua situação financeira. Situações sociais que não são expostas, estando o Executivo, a esse nível “tranquilo” porque está a fazer o melhor acompanhamento possível. “Não temos as situações todas identificadas. Por vezes as pessoas não se identificam e nesse sentido, estamos a trabalhar em parceria com a GNR e o nosso corpo técnico reforçado. Nesta sequência haverá recrutamento de mais recursos humanos, quer ao nível do radar social, quer ao nível do novo projeto CLD`S, que irão ao encontro de complementar todas as respostas sociais já existentes. -----

No âmbito do CLD`s, a Vereadora informou que já foi publicado o diploma e aguarda-se a abertura das candidaturas. Quanto aos projetos sociais, estes irão ser consertados com todos os projetos já em execução, e com aqueles que vierem a existir. Ainda no âmbito social, e no que à educação diz respeito, na última revisão do Regulamento Macedo Educar foi introduzido o terceiro escalão. Um escalão crítico que nunca teve apoios e que passa a contar com apoio ao nível da alimentação, da componente de apoio à família e no acompanhamento ao ensino pré-escolar. “Reforçamos também as bolsas de ensino superior, onde se pretende acautelar o terceiro escalão tendo sido introduzido, no próprio regulamento, um apoio para transportar todos os alunos que queiram estudar fora do concelho, por inexistência de de escolha nalgumas áreas de formação. Ou seja, se o nosso agrupamento não dispor da área que eles pretendem, nós vamos pagar o bilhete de transporte, para onde for”, retorquiu a Vereadora informando, ainda, que o Regulamento, que já foi sujeito a



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

Cij  
cel  
R

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-presidente para responder à questão colocada pela Deputada *Maria José Moreno*. -----

No uso da palavra o Sr. Vice-presidente esclareceu, que na sessão da Assembleia Municipal, que aconteceu em Carrapatos, teve que se ausentar por uma questão de saúde de um familiar, motivo pelo qual não respondeu à sua questão. Assim, e notando a Deputada que é necessário colocar uma bancada, e sendo geral essa percepção, para a qual ainda não existe capacidade financeira de execução, apesar da intenção e da vontade, o Sr. Vice-presidente garantiu que “ela virá, acreditem e quando prometemos, cumprimos. Estamos a aguardar a vistoria da Federação Portuguesa de Futebol para fazer uma vedação em madeira para evitar o impacto visual do gradeamento, para poderem ir para dentro do campo.” Quanto às bancadas, será necessário orçamento para as fazer. Como referiu a Deputada, já se joga no campo facto que deixa o Executivo orgulhoso porque todos os que aqui experimentam o piso enaltecem a qualidade do sintético. “Uma obra feita com o esforço do Executivo e dinheiros próprios, pela inexistência de candidaturas que abranjam o desporto. Poderia ter sido feito noutros tempos, com fundos comunitários mas, não foi opção. Por inerência à minha história pessoal ligada ao futebol, tenho especial apreço por esta obra mas também por todas as obras desportivas efetuadas neste mandato e no anterior. Se efetuarmos uma comparação percentual ao nível de investimento efetuado, só existem dois município, da zona Norte do País que fizeram mais investimento na área desportiva do que nós”, referiu passando a elencar as obras desportivas executadas: O centro hípico, o centro náutico, os campos de paddle, os campos de jogos no Azibo e para breve está a requalificação do espaço desportivo da escola. -----

“O desporto é uma área que todos os elementos do Executivo acarinhos e temos noção que há carências que temos de suprir.” Afirmou o Sr. Vice-presidente adiantando que é intenção continuar a dar mais condições e mais qualidade, a quem gosta de praticar desporto. Ainda em relação à bancada, o Sr. Vice-presidente reiterou a necessidade de a executar mas que só se sentiu desde que se treina e joga no campo. -----

No âmbito da polémica do Laboratório de Análises de Trás-os-Montes, questão que conhece bem, o Sr. Vice-presidente intencionou fazer uma “abordagem generalizada” do processo de forma a esclarecer o assunto e “dissipar dúvidas que possam existir.” Assim, o laboratório Regional de Trás-Os-Montes, tem a participação financeira, dos

consulta pública, foi objeto desta alteração no sentido de apoiar socialmente as famílias mais vulneráveis e carenciadas. -----

Quanto aos projetos referidos pelo Sr. Presidente da Câmara, a Vereadora acrescentou que o Executivo concretizou as intenções do PEDU deixadas pelo anterior Executivo, processo que o atual Executivo também está a executar, em início de novo quadro comunitário, chamando a atenção de que foram executados e concretizados projetos novos até ao final do ano 2023, que não estavam mapeados. “Nesta fase, estamos a identificar projetos novos que não estão vertidos no Orçamento, mas que estarão, porque o orçamento não é estático, onde a área social será reforçada com o projeto Radar Social e o Primeiro Direito, já em execução, sendo que para o parque público municipal de habitação, temos uma dotação financeira de cerca de cinco (5) milhões de euros afetos ao Bairro da Alegria, destinados à reabilitação dos fogos existentes, e à criação de 20 novos fogos. Também na habitação estamos a trabalhar no sentido de melhorar as condições das pessoas que mais precisam, porque também em Macedo de Cavaleiros sentimos a falta de disponibilidade de habitação a custos acessíveis. Como sabem, existem outros programas em aberto, nomeadamente a Bolsa Nacional de Alojamento Temporário Urgente, onde se enquadra a requalificação da antiga residência de estudantes e estamos a analisar a aquisição de alguns imóveis e a disponibilidade financeira para reabilitar e criar bolsa de alojamento a custos acessíveis. Em paralelo com a questão da isenção do IMI, no âmbito da política nacional de habitação, estamos a rever o programa Macedo Habitar, no sentido de complementar os incentivos dados pelo Governo. Ainda no âmbito dos projetos de intenção, já temos cerca de dez milhões pré identificados que juntamente com o primeiro direito, já totalizam quinze milhões, que contemplam a eficiência energética, a criação de comunidades de energia, a Proteção Civil, a requalificação urbana no âmbito da mobilidade, a requalificação do estádio, das naves da Feira de São Pedro e das piscinas municipais, a continuação do sucesso educativo e da requalificação dos equipamentos sociais. A área social também será reforçada com projetos culturais que visam aproximar gerações e a concertação ao nível dos serviços de apoio integrado, que envolve os parceiros sociais”. Elencou a Vereadora deixando claro que a responsabilidade social é de todos. Não é só uma responsabilidade do município é também da segurança social, das IPSS`s e dos cidadãos, não podendo ser imputada exclusivamente à Câmara Municipal. Para terminar, a Vereadora afirmou que a nível social o futuro está acautelado para este mandato e para o próximo.-----

*Cij* *eb*  
*[Signature]*

municípios da Terra Quente e alguns da Terra Fria, com quotas de 50%, sendo os 50% restantes da responsabilidade da AGS, uma multinacional, que no dia-a-dia, assume a laboração do laboratório. A participação e missão dos municípios é meramente fiscalizadora e, anualmente, havendo lucro, a receita é distribuída uniformemente por todos os municípios. Havia uma prevaricação de alguns funcionários responsáveis naquele laboratório e a Polícia Judiciária, provavelmente com base numa denúncia, efetuou a escuta de funcionários durante cerca de um ano e meio e alguns funcionários das câmaras, onde aconteceu o cruzamento de conversas, levou a cabo uma ação que resultou em detenções de funcionários do laboratório e das Câmaras Municipais..A operação levada a cabo pela polícia judiciária foi constrangedora para as pessoas inocentes envolvidas. Por exemplo, em Macedo de Cavaleiros, uma técnica que num determinado dia teve uma conversa com um técnico do laboratório, que tinha o telefone sobre escuta e que numa brincadeira proferiu uma palavra, que foi mal interpretada, e a partir desse contexto foi envolvida e já foi inquirida. -----

O Sr. Vice-presidente enalteceu a atitude e postura da técnica do município e da responsável pelo Departamento de Obras e Gestão Urbanística, Cristina Ferreira, que desempenharam um papel brilhante, que orgulhou o Executivo, com uma postura digna, calma, paciente e colaborativa com as autoridades, considerando, no entanto, que houve excesso de zelo por parte das autoridades ao invadirem a residência da funcionária. "Houve, de facto, técnicos do laboratório que prevaricaram e, por perspicácia e inteligência da técnica do município e da diretora da área, que há muito tempo, pediram ao laboratório para não enviar um dos técnicos, que é um dos visadas, a Macedo de Cavaleiros porque já tinham percebido que esse técnico facilitava muito em termos de resultados." Assim, a partir das escutas houve uma ação que envolveu cerca de cem agentes, relatando que ele próprio foi contactado às nove e meia da manhã, na qualidade de representante dos municípios parceiros e teve que se deslocar para a sede, situada no Cachão, onde permaneceu até à meia-noite, não sendo suspeito, e não tendo sido inquirido, mas presenciou as manobras. As pessoas visadas foram ouvidas e foram detidas vinte pessoas. No dia seguinte foram libertadas e ficaram, duas com ônus e ordem de prisão domiciliária. Agora a ERSAR, organismo que tutela a área da água para consumo e a entidade que acredita os laboratórios nacionais, determinaram retirar a acreditação a este laboratório, tornando-o incapaz para funcionar e sendo extinto. Neste momento as Câmaras Municipais tiveram que contratualizar outro laboratório para dar resposta ao que são as necessidades neste domínio. -----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten signature and initials*

“Estamos preocupados com os funcionários, porque houve funcionários culpados e prevaricadores mas também há funcionários inocentes e altamente competentes. Estamos a tentar, de forma conjunta, arranjar uma solução, eventualmente um laboratório que queira ter aqui uma extensão, porque tem condições, instrumentos e equipamentos de ponta e funcionários com conhecimento suficiente para pôr a laborar um novo laboratório ou com um novo nome, que dê uma resposta qualificada a todos os municípios, e a todos os clientes privados do laboratório que acabou e para o qual não existe solução”, frisou o Sr. Vice-presidente para quem, neste momento, a preocupação é salvaguardar e zelar pelos cerca de catorze funcionários, com famílias, para que tenham emprego e que possam continuar a laborar, a fazer o que melhor sabem, e darem uma resposta qualificada. -----

“Com Macedo de Cavaleiros não se passou absolutamente nada. A água proveniente da ETA do Azibo é tida como das melhores águas da zona Norte, fruto da natureza e as pessoas podem estar descansados que a água é de qualidade”. Afiançou o Sr. Vice-presidente, acrescentando que irá acontecer um despedimento coletivo dos funcionários do laboratório, com passagem para situação de desemprego e possível indemnização assumida pela EGS, porque existe capital social. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao plenário da proposta do grupo parlamentar Unidos por Macedo que se resume à aprovação da prorrogação, por mais dois anos, da isenção e IMI, questionando se algum deputado pretende intervir no sentido da proposta apresentada.-----

Pretendeu usar da palavra o Sr. Deputado Municipal *Manuel Mico* para, na qualidade de porta-voz da bancada do PS, e em seu nome, manifestar que irá votar a favor da proposta apresentada e para esclarecer dúvidas. Assim, “quem elabora o pacote fiscal e o orçamento é o município, não é a Assembleia Municipal. Houve um erro mas o pacote fiscal foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara. O grupo parlamentar Unidos por Macedo, identificou o lapso, assumido pelo Executivo, e fizeram uma proposta” que para o Deputado não é uma questão política, porque o PS votará favoravelmente a proposta, reiterando, contudo, que a competência na elaboração do orçamento e do pacote fiscal é da Câmara e não da Assembleia Municipal e que o voto favorável se deve à existência de um erro. -----

Usou da palavra o Deputado *José Madalena* referindo que Macedo de Cavaleiros se

*Lij* *celso*  
*FR*

pode orgulhar de ter um dos pacotes fiscais mais generosos que existem no país, com taxas mínimas, que “já vêm desde o tempo do final de mandato do *Beraldino Pinto* e temos sabido manter esses valores que beneficiam os macedenses e tornam atrativa a nossa terra.” Esta medida, em concreto, pode ser acomodada no sentido em que não tem um impacto significativo em termos de receitas correntes da Câmara” Assim, e pese embora a falta de poder para deliberar, que daqui saia uma aprovação, que a Câmara irá acomodar e que naturalmente a bancada do PSD subscreve. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação do plenário. A mesma foi aprovada por unanimidade passando a ser parte integrante do Pacote Fiscal. -----

Eram as doze horas se trinta e cinco minutos, quando o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** anunciou que seria feita uma pausa nos trabalhos para almoço e que a sessão retomada pelas catorze horas. -----

Eram catorze horas e trinta minutos quando, verificada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** retomou os trabalhos da sessão. -----

## **PONTO DOIS- ORDEM DO DIA**

**Ponto 1 - Apreciação da Informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal referente à atividade autárquica no período compreendido de 09 de setembro de 2023 a 08 de dezembro de 2023, elaborada nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º e no n.º 4 do art.º 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013.** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** abriu o período de intervenções. -----

Usou da palavra o Deputado *Sérgio Borges*, membro do grupo parlamentar do PSD para solicitar um esclarecimento ou resposta sobre uma questão da reunião de Câmara de 24 de outubro, presidida pelo Sr. Vice-presidente onde se falou sobre a rua Vila Cordeiro e a discussão quanto às competências do Presidente da junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros. “A rua não está, nem nunca esteve, em boas condições. No meu pedido de delegação de competências dos anos 2021, 2022 e 2023, esteve sempre na parte de Macedo Cavaleiros, o alargamento do arruamento e



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

da pavimentação desta rua. Nada foi feito, não há dinheiro, mas alguma coisa devia ser feita, devia ser cortada, já que não está em condições.” Assim, e tendo sido referenciado na reunião na qual não estive presente em que foi dito que o presidente da junta não tem competência para efetuar seja o que for na dita rua, questionou: “se o que eu fiz coloca em perigo, porque não a cortaram? Quando fui eleito assumi o compromisso para com os meus fregueses, de dar tudo e não ficar de braços cruzados. Para acabar com esta questão, pior que não ter as competências para, é não fazer. Isso sim, seria uma incompetência.” Manifestou o Deputado Municipal que passou a questionar o que foi feito na rua Vila Cordeiro, em Macedo de Cavaleiros, e se o Executivo fez alguma coisa em relação à via referida e de quem é a competência da sinalização vertical. Quanto a Nogueirinha, e tendo o próprio feito referência à pavimentação da rua principal, em 2021 e 2022, tendo sido informado de que não havia verba, questionou quando será feita a intervenção requerida e se estão previstas lombas redutoras de velocidade, informando que os sinais verticais já foram abalroados duas vezes, por condutores que transitavam com excesso de velocidade. Para Travanca referiu os passeios e a pavimentação da Rua de Santa Bárbara reconhecendo que “por causa das águas estão a efetuar obra em Travanca e acho que ficava bem avisar pelo menos o Presidente da Junta de que iriam ser feitas obras, porque está tudo completamente aberto nesta época festiva, quando ninguém gosta de ter a localidade cheia de buracos. O que vão fazer aqui? É intenção colocar outra vez o paralelo?” Questionou. Quanto à educação, o Sr. Deputado Municipal reiterou a questão colocada em sessão de Assembleia Municipal anterior, onde questionou o que está previsto para o Jardim-escola de Travanca. Para terminar, o Deputado, foi avisado pelos fregueses de Travanca, que os postes de alta tensão existentes na estação de camionagem, ainda não foram retirados, questionando quando é que será efetuada a sua mudança, que segundo a E-Redes, ainda não aconteceu por falta de vontade do município. -----

-----  
Usou da palavra a Deputada *Andreia Batista*, membro do grupo parlamentar do PSD para manifestar algumas preocupações para as quais aguarda “resolução.” A primeira relativa à estrada entre Vinhas e Castro Roupal, que se encontra em estado de degradação visível, nomeadamente da descida de Castro para Vinhas. A segunda prende-se com a existência de “muitas fugas de água em Vinhas”, felicitando o Executivo pela rápida e eficaz resolução das mesmas, no entanto, os paralelos que são retirados, são encostados não sendo recolocados. “Há alguma previsão de

resolução?” Questionou passando a frisar um apontamento em relação à construção das lombas de Castro Roupal, que já abordou com o Sr. Vice-presidente e que espera ver alteradas e melhor sinalizadas. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *João Alves*, membro do grupo parlamentar do PS. No uso da palavra o Deputado endereçou os parabéns ao Executivo, passando a explicar que o município de Macedo de Cavaleiros submeteu duas candidaturas: Uma para a feira da caça que infelizmente, não foi aprovada e outra candidatura submetida em nome da Associação dos Caretos de Podence, para a organização do Carnaval, que foi aprovada e que permitirá um “carnaval melhorado. Senhor Presidente, muitos parabéns por ter conseguido que a candidatura fosse aprovada.” Destacou o Deputado passando a referir o desbloqueio parcial, da situação dos terrenos onde acontecem as atividades do Entrudo Chocalheiro, já com “metade dos terrenos em nome do município”. Mais um motivo para dar os parabéns ao Executivo. A propósito dos próximos eventos, a Feira da Caça e do Entrudo Chocalheiro o Deputado manifestou o seu empenho para, mais uma vez, organizar dois eventos para que “Macedo continue a estar no mapa”.-----

Usou da palavra a Deputada *Carla Miranda*, membro do grupo parlamentar do PSD, motivada a intervir por uma questão de segurança rodoviária, da qual o Sr. Vice-presidente tem conhecimento, desde o mês de junho, relatando que “à entrada da aldeia, existe um aqueduto junto da paragem dos autocarros, que sempre existiu. Realmente houve uma mobilização do muro, o que ficou mais para trás e o aqueduto ficou um pouco mais exposto e o alcatrão está a ceder. Existem buracos, o alcatrão está todo rachado e a junta fez a sinalização de onde se encontram os buracos, alguns deles no meio da estrada, o que pode fazer com que circulem duas viaturas, uma delas não se aperceba e colida contra a sinalização e, pior ainda, que passe nesse troço de alcatrão que está a desabar e fique lá subterrado. A primeira intervenção foi feita, foram enviados os funcionários da câmara que meteram de uma camada de alcatrão, só que piorou. Agora os buracos tornam-se mais evidentes e está ali um perigo iminente para a segurança, quer dos nossos habitantes, quer das pessoas que visitam Vale da Porca. Dada a situação e de esta época natalícia virem imigrantes e haver maior concentração de tráfego, esta problemática torna-se mais preocupante. Eu queria questionar o senhor Vice-presidente quando vai ser intervencionada a estrada e resolver essa situação, como o próprio já verificou. Já nos



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten signature and initials.*

deslocamos ao local duas vezes, juntamente com a eng. Cristina e verificou-se que está ali um perigo iminente e gostaríamos de resolver o quanto antes.” -----

-----  
Usou da palavra o Deputado *David Martins* que afirmou que irá continuar a intervir com respeito, como tem sido seu apanágio, e que aguardará a respostas às suas questões. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Deputada *Jacinta Lopes*. No uso da palavra a Deputada manifestou que após ter lido a informação escrita do Sr. Presidente constatou que a Câmara Municipal está em “gestão corrente”, que gere o dia-a-dia, com anúncios de muitas coisas, que na prática, se traduzem em reuniões com entidades, “não se vê nada de muito concreto, de relevante e diferente do que é o habitual. Através deste documento também verifiquei que nunca somos informados das visitas que o Senhor Presidente efetua ao estrangeiro. O Conhecimento que temos é através da comunicação social. Penso que as deslocações serão em nome do município ou a convite de uma instituição, sempre em representação do município e não em termos pessoais. Parece-me que estas viagens deveriam constar da informação escrita, destacando o local e o objetivo da deslocação.” Frisou a Deputada que passou a referir ter constatado a existência de um processo de contraordenação ambiental da APA, relacionada com o parque Urbano, assunto já questionado pela própria e pelo Deputado *José Madalena*, que obteve da parte do Sr. Presidente da Câmara uma resposta “torta e insinuou que tínhamos sido nós a fazer queixa”, perguntado quais as razões do processo contra o município. -----

-----  
Usou da palavra o Deputado *Miguel Reis*, membro do grupo parlamentar do PSD que, solicitou esclarecimentos sobre o “estado da obra da renovação da rede de águas do lote três”, que na última sessão da Assembleia Municipal constava na informação escrita como concluída. Alertando que existem ruas por intervir e que o empreiteiro lhe transmitiu que a parte dele já estaria terminada, solicitou ser esclarecido quanto ao término da obra e quanto à intenção de intervenção na aldeia de Corujas. -----

-----  
Usou da palavra a Deputada *Andreia Eugénio*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PSD que, tendo sido abordada por fregueses da aldeia de Chacim, sobre a paragem de autocarros coberta existente do lado oposto à rotunda do Hospital, e tendo em conta que os utentes dos transportes públicos, são maioritariamente idosos



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Big cels*  
*[Signature]*

bem se lembram na resposta às minhas questões sobre as obras do centro de meios aéreos, o Sr. Presidente, de forma irónica e até pouco polida, foi falando em alucinações, foi insinuando que nós sabemos mais que o próprio Presidente da Câmara e afirmou que o centro de meios aéreos estava operacional e que desconhecia os motivos pelos quais a equipa do Helicóptero do INEM, sediado em Macedo de Cavaleiros, não estava instalada no Centro de Meios aéreos de Macedo. O motivo é simples, a obra da parte destinada à equipa do Heli 3, não estão concluídas, estão em esqueleto e para que não restem dúvidas, eu trouxe algumas fotografias.” Informou a Deputada passando a mostrar as fotografias tiradas durante a visita às instalações e disponibilizando-as para quem as pretendesse ver. Concluindo que a razão da equipa não estar instalada, é o facto de as obras não estarem concluídas. Assim, e “pegando nas palavras do Senhor Presidente, na parte, na 1ª parte desta reunião, que falava em rigor e responsabilidade”, a Deputada solicitou uma “cabal resposta” à questão colocada: Sendo a construção do centro de meios aéreos financiada por fundos europeus, como justifica esta obra estar dada por concluída no portal da Transparência, inaugurada há cerca de dez meses, quando grande parte do edifício ainda se encontra em tijolo? -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** chamou a atenção dos Deputados Municipais quanto às intervenções que estão a ser feitas e a relação com o ponto da ordem de trabalhos em discussão, dando a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para responder às interpolações dos Deputados Municipais. -----

No uso da palavra, **Sr. Presidente da Câmara** intencionou responder a algumas questões, destacando que outras seriam respondidas pelo Sr. Vice-presidente. -----  
Ao Deputado *João Alves* disse que as candidaturas não foram do município, mas sim em nome da associação envolvendo todas as entidades que habitualmente participam no Entrudo Chocalheiro. “O município deu apoio técnico e dou os parabéns à equipa que instruiu a candidatura e que conseguiu a sua aprovação.” Manifestou o edil adiantando que o desbloqueio dos terrenos foi conseguido parcialmente, podendo a montagem parcial das tendas, para o evento, ser efetuada no espaço, sem chatices, porque já são propriedade da autarquia. Não “estamos completamente satisfeitos, porque gostaríamos de ter também aprovada a Feira da Caça, mas já é um princípio termos um evento aprovado, com uma quantia considerável” que permitirá organizar um evento digno. -----

e nos “dias de chuva é com muita dificuldade que esperam um autocarro, pois são obrigados a esperar à chuva ou na paragem do autocarro já existente, muitos deles com problemas de mobilidade, o que dificulta a ida ao autocarro.” Perante a situação esplanada questionou se está planificada a colocação de outra paragem igual à já existente, sugerindo que esta venha a ser colocada do lado oposto ao centro de saúde, ao lado do ecoponto. -----

-----  
Usou da palavra o Deputado *Ramiro Valadar*, movido pela questão abordada na sessão anterior acerca das obras em curso nas escolas. Assim, e perante a reunião do dia seis de outubro, referida na informação escrita, intencionou saber o ponto da situação das obras, uma vez que na sessão anterior “o alarido foi enorme” e deixou os pais das crianças de *Morais* preocupados. “Será que os miúdos estão na escola? Estão num pavilhão? A escola fechou ou só falamos na questão na altura para fazermos política?” Questionou o Deputado solicitando esclarecimentos. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à deputada *Lília Pereira*. --  
No uso da palavra a Deputada recordou que na sessão anterior interveio sobre as obras do centro de Meios Aéreos da Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros. Perante as respostas obtidas e o desafio colocado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, para confirmar o funcionamento do centro, deslocou-se ao local. Neste constatou, que a “cave do centro de meios aéreos estava em obras. Segundo o técnico, que nos recebeu e nos fez uma visita guiada às instalações, as obras na cave estavam a ser feitas para receber a turma do curso de manutenção de aeronaves que contemplava salas de formação, oficina para o curso. No dia de hoje, sabemos que o curso já está em funcionamento com nove alunos. Ainda na Cave, existe uma sala dedicada à Proteção Civil. No rés-do-chão estava a funcionar a receção, a cozinha e os balneários. No primeiro andar estava o centro operacional de controlo de meios aéreos dos incêndios. Equipa que só estaria por mais 15 dias, até ao final da época de incêndios e que, após isso, o espaço ficaria novamente vazio. Havia também, no primeiro andar, três salas cedidas à Heli Portugal que se encontravam fechadas. Do lado direito do edifício está a parte do centro destinada às acomodações da equipa do helicóptero do INEM de Macedo de Cavaleiros que contempla, no rés-do-chão, uma sala de convívio ainda em tijolo, uma cozinha, ainda em tijolo, uma casa de banho também ela em tijolo. O primeiro andar contempla cinco quartos com casa de banho privativa, todos eles ainda em tijolo. Estes cinco quartos destinam-se a receber o médico, o enfermeiro, o piloto, o copiloto e o mecânico do helicóptero do INEM. Se



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Lilia* *celb*  
*[Signature]*

Usou da palavra a Deputada *Lilia Pereira* para defender que ficou bem clara, na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a demagogia, e no que concerne ao objeto da candidatura, só pode saber o que está publicado nos portais público e neste é referido que “uma parte da candidatura é para acomodação das equipas técnicas. Também já o ouvi dizer, em entrevistas, e noutras situações, que seria para a equipa do INEM.” Destacou a Deputada, reconhecendo que não conhece a candidatura e solicitar à mesa da Assembleia Municipal, a entrega da candidatura na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, para a poder avaliar. -----

De novo no uso da palavra, o **Sr. Presidente da Câmara** retorquiu que demagogia são as intervenções da Deputada e que as suas respostas foram bem claras e que acomodação de equipas técnicas não significa acomodação de equipas de saúde. Não sendo o INEM uma equipa técnica de Proteção Civil. -----

Por solicitação do **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra o **Sr. Vice-presidente**. - No uso da palavra, o Sr. Vice-presidente intencionou responder às questões colocadas pelo Deputado *Sérgio Borges*, salientando que existem, de facto, competências inerentes e afetas às juntas de freguesia e competências afetas à Câmara Municipal. Assim, tudo o que é caminhos fora do perímetro urbano são da área de jurisdição da Junta de Freguesia e o caminho referido está fora do perímetro urbano. De qualquer forma, tem sido frequente a Câmara Municipal executar a obra, e colaborar com a Junta de Freguesia, nas intervenções em caminhos vicinais, não tantas vezes quantos os munícipes gostariam, mas as possíveis dentro do que é a capacidade de resposta do município porque as solicitações, são muitas. -----

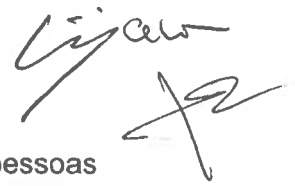
A propósito da rua de Nogueirinha, e sendo verdade que a intervenção da estrada já foi solicitada, e que é uma intenção do Executivo, por se tratar de uma estrada perigosa, ainda não foi feita por uma questão de prioridades e de orçamento. Quanto às obras de Travanca, estas ainda não terminaram, estão em curso e depois de substituir e renovar a rede de água, será requalificada a zona intervencionada. A propósito da comunicação da obra à junta de freguesia, o Sr. Vice-presidente anuiu que deveria ter sido feita, no entanto, não houve má intenção e eventualmente a rotina e a forma acelerada com que os trabalhos têm que ser executadas, os serviços esquecem-se de informar mas “vamos ter esse cuidado, até porque vou solicitar apoio esta semana em relação aos postes de alta tensão que referiu. Não ponho em causa o que lhe transmitiram, porque é uma pessoa séria e honesta, mas a E-redes está a faltar à verdade porque essa obra está paga, e ainda não está feita. Quero pedir-lhe



Quanto à intervenção da Deputada *Jacinta Lopes*, que aludiu às viagens do autarca ao estrangeiro, este confessou que foram colocadas as visitas consideradas pertinentes e que assume outros cargos, nomeadamente no Conselho Local de Saúde Mental, na Associação de Municípios da Terra Quente, na Associação de Municípios do Baixo Sabor participando em visitas que não são no âmbito do município, apesar do objetivo ser o mesmo: a partilha de experiências. Aludindo à deslocação a Cabo Verde informou que esta aconteceu no âmbito do programa de um protocolo de Cooperação dos Países da Lusofonia, com a presença de vários Presidentes, que envolveu receções no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Palácio do Governo, que prestigiam o município. -----

Relativamente ao processo de contraordenação mencionado pela Deputada *Jacinta Lopes*, o autarca adiantou que aquando da primeira abordagem, se manifestou com mágoa porque tem orgulho no município e não entendeu a denúncia. Quanto à intervenção no ribeiro esta aconteceu porque se tratava de um ribeiro poluído, com pouca segurança e um veículo de propagação de doenças. “A intervenção efetuada que não foi a desejada, já está a ruir e vamos continuar a fazer a manutenção, correndo o risco de sermos multados pela APA,” porque na qualidade de responsável máximo da Proteção Civil do concelho não pode permitir que aconteça um acidente no ribeiro. Quanto à denúncia, não acusando ninguém, “deviam ter consciência de que estavam a prejudicar o município e os seus cidadãos. Foi o que afirmei.” Esclareceu o Sr. Presidente da Câmara. -----

A propósito da intervenção da Deputada *Lília*, o edil afirmou que mantém as palavras proferidas na última sessão da Assembleia Municipal. Passando a referir que a candidatura para o Centro de Meios Aéreos tinha um valor e um objeto definidos, sendo o objeto da candidatura exatamente igual ao da obra inaugurada, motivo pelo qual no portal está dada como concluída. A parte da obra não concluída é a assumida pelo Executivo. Se a equipa não está instalada, neste momento, é porque não “temos capacidade para fazer a restante intervenção”, tendo sido feito um esforço enorme no sentido de preparar e dar início ao ano letivo do curso técnico de manutenção de aeronaves, promovido pela ATCentro. “O curso já está a funcionar, os alunos estão muito satisfeitos e as instalações são ótimas, caso contrário não seriam aprovadas pela ANAC e o curso não funcionava. A parte do edifício que está por concluir, destinado à instalação dos membros do INEM, irá ser feita oportunamente”, referiu o autarca reiterando que não era objeto da candidatura, aconselhando a que conheça o objeto da candidatura. -----



para falar com o proprietário para ver se conseguimos fazer que as pessoas colaborem na deslocalização de dois postes”. Solicitou o Sr. Vice-presidente. -----

À Deputada *Andreia Batista* o Sr. Vice-presidente adiantou que as nossas aldeias, nesta fase do ano, têm sempre muitos buracos, com vários presidentes de Junta de Freguesia a manifestar o mesmo tipo de problema. “Mas é difícil para os serviços conseguir requalifica-los agora, porque o betuminoso tem fraca aderência nesta época do ano. Vamos, paulatinamente, tentar resolver os problemas. Quando se trata de paralelos, tem a ver também com a densidade de trabalho. Temos dois calceteiros que estão permanentemente a ser solicitados. Temos noção que é uma lacuna grande mas temos 67 aldeias e carecem quase todas do mesmo problema. De qualquer forma somos sensíveis à questão e à sua resolução.” Frisou o Sr. Vice-presidente. -----

Em relação às lombas, obra “por si ansiada, começaram e também já constatámos que as lombas estão relativamente curtas e as rampas de acesso estão muito íngremes, e agridem os veículos e os automobilistas. Antes de iniciar as lombas em Vinhas, vamos requalificar essa e as de Vinhas serão mais suaves de modo a promoverem algum conforto, dentro do desconforto, senão os carros não param.-----

À Deputada *Carla Miranda*, a verdade é que aquela via ficou vulnerável com a deslocalização dos passeios, mas tinha que ser porque os passeios tinham que ser feitos e alargamento da estrada também. Pode questionar-se a questão dos materiais utilizados mas a intervenção deu dignidade à entrada da aldeia. “Os nossos serviços já foram ao local, eu próprio fui constatar o problema. Trata-se de uma obra que tem uma intervenção profunda, com custos elevadas, mas, de qualquer forma, espero que no início de janeiro consigamos resolver o problema, porque o que a preocupa a si, também me preocupa a mim e a todas as pessoas que ali passam. Ninguém quer que haja um acidente e esperemos que o terreno não ceda até lá. Vamos ter essa missão conjunta de resolver o problema o mais célere quanto possível. Está indicada pelos nossos serviços para o início do mês de janeiro”, adiantou. -----

Ao Deputado *Miguel Reis*, informou que a obra da qualificação de redes está completa, sendo provável que existam lacunas na questão da reposição das zonas intervencionadas. Uma questão que tem que ser avaliada, mas que é do domínio público que a aldeia de Corujas, tem que ser intervencionada de forma diferente. Podendo ser, à semelhança de Pinhovelo, a aldeia com o piso em pior estado. “Somos sensíveis a isso e já manifestei, ao senhor Presidente de Junta, em reunião, que no período deste mandato, iríamos resolver o assunto e iniciar as obras de requalificação do piso. A Câmara está para colaborar naquilo que pode e priorizar o que é prioritário e Corujas é uma aldeia que precisa de ser intervencionada.” -----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

À Deputada *Andreia Eugénio*, que sente as dificuldades das pessoas de Chacim que utilizam os autocarros e sugeriu a construção de um abrigo novo em frente ao Centro de Saúde, o Sr. Vice-presidente considerou a proposta pertinente, adiantando que pode ser deslocalizada a existente, sendo necessário avaliar a sua utilização. -----

Ao Deputado *Ramiro Valadar* que referiu as obras nas escolas e as intervenções sobre o tema na sessão anterior, o Sr. Vice-presidente alegou que é preciso compreender, que é uma questão política que faz parte do processo político. No entanto, a situação não é dramática, e os atrasos não foram só por responsabilidade do município, sendo expectável que haja mais obras e mais incómodo porque quanto mais obras houver, melhores condições terão os alunos. -----

Usou da palavra a Vereadora *Sónia Salomé* para responder ao Deputado *Sérgio Borges* relativamente à questão sobre a escola de Travanca. Assim, tem-se vindo a falar na reorganização que se pretende fazer dos ciclos e nesse contexto “poderá ter avaliada a continuação da abertura do jardim-de-infância de Travanca.” Informou a Vereadora, adiantando que, de momento, não estão reunidas as condições para fazer a reestruturação, anunciando que foi submetida uma candidatura, no valor de cerca de dois milhões, para a concretização das obras que permitirão, definitivamente, separar os ciclos, ficando o pré-escolar no Polo I, o primeiro ciclo no Polo II com todas as condições. Assim, será criado um novo edifício para acolher o 5.º e o 6.º anos, aguardando que a candidatura, que foi submetida no âmbito do mecanismo de antecipação do Programa Portugal 20-30, seja aprovada ou transite para o PRR. “Logo que tenhamos a garantia do financiamento, que esperamos seja na totalidade, daremos início ao procedimento de concurso e lançar a obra. Se tudo correr bem, poderá acontecer no próximo ano letivo. As obras nas escolas são delicadas, temos pouco tempo para as executar, mas acreditamos que será ainda possível no próximo ano letivo.” Informou a Vereadora. -----

**Ponto 2- Documentos Previsionais – 3.ª Alteração Modificativa - Proposta: Deliberação nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25 do Anexo I à Lei n.º 75/2013.** -----

-----Presente a Proposta da Sra. Vereadora *Sónia Salomé*, datada de 30-11-2023, que se transcreve: -----

**“Justificação:** -----

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local. -- A NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental - trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos aos Documentos Previsionais do ano em curso determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se procede ao aumento e diminuição de receitas e conseqüentemente anulação de despesas, resultando alteração ao montante inicial global dos Documentos Previsionais.

Concretizando. -----

**Ao nível da receita** -----

i) Proceder-se à atualização de verbas cobradas e diminuição de verbas em relação ao inicialmente previsto. -----

**Ao nível da despesa** -----

**No documento previsional Plano Plurianual de Investimentos:** -----

i) Anulação de ações e saldos existentes. -----

**No documento previsional Plano de Atividades Municipal** -----

i) Anulação de ações e saldos existentes. -----

**No documento previsional Orçamento** -----

i) Diminuição de saldos existentes. -----

Resultando na diminuição do valor global do orçamento no valor de 3.993.659,27€. ---

Face ao exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta modificação, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal." ---

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 04-12-2023, proferiu o seguinte Despacho: "À Câmara Municipal." -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta referente à 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2023 e submetê-la a aprovação da próxima Assembleia Municipal, com a abstenção dos Srs. Vereadores *Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia** abriu o período de intervenções. -----



*Handwritten signature and initials*


Pretendeu usar da palavra o Deputado *José Madalena* para, relativamente à questão dos documentos previsionais, dizer que há um ano atrás o grupo parlamentar do PSD votou contra, com a perceção de que algumas das receitas, nomeadamente as relativas aos impostos diretos, transferências correntes, entre outras, estavam “sob avaliadas” dando problemas porque se ao nível das transferências de capital há uma redução significativa, de cerca de três milhões de euros, as despesas correntes, cerca de um milhão de euros, olhando para a execução orçamental da receita, refletida na página 24 de informação escrita, por exemplo, naquilo que são os impostos diretos, neste momento, a 11 de Dezembro, “estamos com uma execução de 73,86%. Bem longe do objetivo dos dois milhões e cento e vinte mil que estavam inscritos na versão original do orçamento de 2023. Quando existe uma sobrestimação das receitas, é normal que próximo do final do ano sejam necessários cortes violentos, por várias razões. Nesse sentido, manteremos a nossa posição de voto que tivemos na altura, relativamente ao orçamento, que é de votar contra.” Proferiu o Deputado. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar nota de que os ajustes feitos fazem parte das ferramentas que são usadas durante o ano e que o documento é dinâmico, motivo pelo qual reflete ajustes. “Neste caso um ajuste de quarenta mil euros” que correspondem a correções de excedentes orçamentais, de obras de freguesias não executadas e de ajustamento de saldos, tratando-se de instrumentos financeiros e de apenas mais uma modificação ao orçamento.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a proposta à votação do plenário. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, por maioria, com trinta e sete (37) votos a favor, dezoito (18) votos contra e cinco (5) abstenções, aprovar a Proposta referente à 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais. -

**Ponto 3- Relatório Síntese de Conclusões Individual - Situação Económica e Financeira a 30-06-2023 – Conhecimento à Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea d), n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.** -----

*Lij cel*  


-----Presente o Documento apresentado por *Esteves, Pinho & Associados, ROC*, que se transcreve: -----

“Relatório Síntese de Conclusões Individual – Situação Económica e Financeira a 30-06-2023. -----

Nos termos da alínea d) do nº 2 do Artº 77 da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redacção actual, remetemos a V. Exas. o Relatório Síntese de Conclusões com referência ao período findo em 30-06-2023. -----

Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito, de acordo com o “*Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*” (SNC-AP). -----

Relembramos que os procedimentos de auditoria utilizados na revisão desta informação Semestral consistiram essencialmente na execução de *Procedimentos Analíticos Substantivos* (indagações; comparações; testes/análises de razoabilidade; etc.), os quais não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais. No entanto, pese o facto de existir essa limitação, e tendo em conta o conhecimento acumulado do passado relativamente ao Município, os mesmos são desenhados de forma a que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas. -----

Relativamente ao Exercício findo em 31-12-2022, foi por nós emitida em 21-04-2023 uma *Certificação Legal das Contas com Reservas* – relacionadas com (i) a falta de resposta dos auditores das participadas *Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT)* e *Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.*, ao pedido formulado nos termos das Normas Internacionais de Auditoria (*ISA 600 – Considerações Especiais – Auditorias Demonstrações Financeiras de Grupos – incluindo o trabalho dos auditores dos componentes*); (ii) diferenças entre os montantes evidenciados no Balancete de terceiros e as listagens de documentos de receita individual / colectiva; e (iii) existência de processos judiciais movidos contra o Município cujos desfechos e efeitos financeiros não são passíveis de quantificar com rigor, e com *Ênfases* – relacionadas com (a) a utilização da prerrogativa da não aplicação da *NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente*, a *NCP 25 – Relato por Segmentos* e a *NCP 27 – Contabilidade de Gestão*; e (b) a existência de *Passivos Contingentes* que poderão vir a materializar-se no futuro, os quais, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização foram apenas objecto de divulgação. Estas referências poderão ser relevantes para a compreensão de alguns pontos mencionados no Relatório Síntese de Conclusões ora emitido. -----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten signatures and initials*

Os dados inerentes às conclusões ora apresentadas, com referência ao período findo em 30-06-2023, são os seguintes: *Ativo* – 58.010.906 €; *Passivo* – 30.805.950 €; *Património Líquido* - 27.204.957 €; *Resultado Líquido do Exercício negativo* – 1.892.355 €; *Despesa Paga* – 11.535.504 € e *Receita Cobrada Líquida* – 12.868.319 €.

-----  
Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 04-12-2023, proferiu o seguinte Despacho: “À Câmara Municipal.” -----

-----O Relatório Síntese de Conclusões Individual - Situação Económica e Financeira com reporte ao primeiro semestre de 2023 e documentos que o integram dão-se como transcritos, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----  
Aberto o período de intervenções pretendeu usar da palavra o Deputado José *Madalena* que relativamente ao Relatório Síntese de Conclusões Individuais registou, com agrado, que se cumpra o que a lei prevê, tendo sido um passo muito positivo a apresentação do relatório semestral à Assembleia, e lembrar, ao órgão Executivo a certificação legal de contas, com reservas, que aconteceu em abril do ano passado, em particular sobre os pontos que mereceram reservas por parte do ROC. O Deputado destacou que da análise do relatório resultou um ponto que lhe causou estranheza. Assim, e depois de “um conjunto de obras substancial, no ataque às perdas de água, como se explica o aumento da dívida de água para 72% no primeiro semestre deste ano, depois de todas as medidas adotadas no combate às perdas?” Questionou. -----

-----  
Para responder à questão, o Sr. Presidente da Câmara solicitou a colaboração da Diretora do Departamento de Obras e Gestão Urbanística, *Cristina Ferreira*. No uso da palavra a Diretora de Departamento, confessou ter-se tratado de um lapso dos serviços, com o fornecimento de mapas recolhidos da aplicação *Medidata* de forma errada, que resultou em fornecimento de dados errados e induziu a uma avaliação errada dos mesmos. Assim, esclareceu que os dados fornecidos deveriam ter sido relativos à água faturada ao município no período entre Janeiro e Junho de 2023, de 541.538 metros cúbicos. A água faturada à Câmara Municipal, por parte da ADP foi,

no mesmo período, de 903.452 metros cúbicos “ Estes sim, são os números reais, que correspondem a perdas aparentes de 59,9%.” Proferiu, passando a explicar que perdas aparentes não são sinónimo de perdas reais, como já explicou em sessão da Assembleia Municipal. Assim, as perdas aparentes diferenciam-se das perdas reais pelo facto do município ter consumos de água autorizados, relativos a consumos de água nos edifícios municipais, agora com um acréscimo significativo com a transferência das escolas para a competência da câmara. Consumos que são autorizados mas não faturados e que não estão explicadas nos mapas. Além destes há outras situações que não foram tidas em conta. A título de exemplo, e para que a população entenda, um consumidor, que tem uma fuga em casa, de mil metros cúbicos, este valor é totalmente faturado ao município pelas Águas de Trás-os-Montes no mesmo mês. Mas, o município, para não onerar os consumidores, permite que o munícipe pague a fatura da água de forma fracionada, com autorização do órgão, muitas vezes em dois anos. Esta situação provoca um grande diferencial entre os valores”. Explicou a Sra. Diretora que acrescentou dados, passíveis de consulta, que demonstram que em 2017 eram aduzidos á rede 3.225.778 metros cúbicos de água, por ano. Em 2020, quando começou o processo principal já estariam a ser aduzidos 2.070.309 e, os últimos dados validados, relativos ao ano de 2021, demonstram a adução, à rede, de 1.891.541. “Dados publicitados na ERSAR que refletem a redução.” Esclareceu a Diretora de Departamento. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

**4- Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2024: Proposta – Deliberação nos termos da alínea a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.** -----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 30-11-2023, que se transcreve: -----

“Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, alínea a) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, ambos os diplomas na sua atual redação, submetem-se à apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, bem como o Mapa de Pessoal do Município de Macedo de Cavaleiros para o ano 2024, documentos elaborados em articulação com as linhas de orientação estratégica definidas para o mandato autárquico e na observância do



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten signatures and initials*

determinado no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - SNC-AP, aprovado pelo Decreto- Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, e no Regime Financeiro das Autarquias Locais, estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 04-12-2023, proferiu o seguinte Despacho: “À Câmara Municipal.” -----

-----Os Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal - 2024 dão-se como transcritos, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente assinada por todos os membros do Executivo.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta dos Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal - 2024, submetendo-os à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----Votação: 4 votos a favor (*Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Sónia Salomé, Susana Viana*), e 3 votos contra (*Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*). -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para efetuar nota introdutória do Orçamento e Grandes Opções do Plano- GOP`s, para o ano de 2024 e o que “consta, na essência, no documento”. Assim, a presente proposta orçamental previsional para 2024 foi elaborada no “seguimento de objetivos estratégicos definidos no programa autárquico e no plano estratégico Macedo de Cavaleiros 20-30, elaborado ao abrigo do sistema de normalização contabilística para a administração pública e aprovado pelo decreto-lei número 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação. Decreto que faz depender a atividade municipal, essencialmente da existência de dois documentos de natureza previsional: as GOP`s e o Orçamento. Em cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 1.º do art.º, 25.º da lei n.º75/2013 de 12 setembro, na sua atual redação, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º, 33º do mesmo diploma legal, compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, aprovar as GOP`s, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipal e a proposta de Orçamento. -----

“Esta demonstração previsional, documento essencial para a estratégia municipal nas diversas áreas de atuação, reflete a orientação política deste Executivo, assente numa política de proximidade.” afirmou o Sr. Presidente aludindo a que o ano de 2024 será decisivo na consolidação da descentralização de competências, nomeadamente nas áreas da educação e ação social, com desafios internos, quer ao nível dos recursos humanos, com a necessidade de reforçar alguns setores, reforçar a formação e



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten signature and initials*

piscinas, a conclusão de outros equipamentos, que estão parcialmente terminados, A aposta na dinamização e na requalificação do edifício Side Up, um investimento estratégico numa fase de implementação de outras valências, nomeadamente a entrada na Rede Nacional de Incubadoras e a modernização da Zona Industrial, dotando-a de equipamentos e infraestruturas adequados. -----

Assim, as iniciativas para o ano económico 2024, terão um orçamento global de vinte e oito (28.000.000 €) milhões de euros, passíveis de modificações, dependendo das linhas orientadoras do próximo quadro comunitário. As GOP`s totalizam dezasseis milhões e oitocentos e setenta e cinco mil euros (16.875.000 €), que compreendem, no plano plurianual de investimentos, ao montante de cinco milhões e cento e sessenta e seis mil euros (5.166.000€) e nas atividades mais relevantes no plano de atividades municipais, cerca de onze milhões e seiscentos e sessenta mil euros (11.660.000€). ---

O Sr. Presidente da Câmara destacou que a proposta orçamental cumpre os princípios orçamentais, e realçou o empenho e dedicação dos colaboradores da autarquia, sem os quais, este trabalho não seria possível e reiterou o seu apreço e gratidão e, como alguém muito assertivo “me perguntava: porque não dormes? Eu não consigo dormir, porque tenho espírito de missão do meu município e vivo a vida sentindo, envolvendo-me e participando com todos. Com o apoio dos autarcas do concelho, com o trabalho das associações e demais forças vivas, o município de Macedo de Cavaleiros seguramente sairá engrandecido.” Rematou o edil, dando por terminada a sua intervenção.-----

**Aberto o período de intervenções** pretendeu usar da palavra o Deputado Nélio Pimentel. -----

No uso da palavra o Deputado chamou a atenção de que neste ponto estão a ser votados dois pontos distintos embora a proposta da Câmara seja única. “Votamos os documentos previsionais e o quadro de pessoal. E, se dúvidas houvesse, que são dois documentos distintos, a lei diz-nos perfeitamente no art.º 25.º, n.º1, alínea a), que compete à Assembleia Municipal aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões e a alínea o) aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados. Portanto, ainda que a proposta da Câmara seja única, são dois documentos diferentes. Nada tenho contra a câmara apresentar a mesma proposta, embora gostasse de votar de forma diferente.” Afirmou o Deputado sugerindo, que seja feita alteração à convocatória e correção para as GOP`s do Plano e Orçamento para o ano 2024, lembrando que a câmara na Certidão que foi enviada fala em documentos previsionais e mapa de pessoal 2024.

qualificação de colaboradores, quer ao nível organizacional, evidenciando a necessidade de haver uma estreita colaboração de todos os serviços, bem como a implementação de uma nova cultura de trabalho, onde todos devem reafirmar o seu compromisso com o serviço público.-----

O Sr. Presidente destacou o impacto na despesa, com a execução de projetos que integram o acordo de programação estratégica das soluções habitacionais, a apoiar ao abrigo do programa primeiro direito, financiadas pelo PRR, mas também a preparação do novo quadro financeiro plurianual para o período 2021-2027 onde, dois dos cinco objetivos estratégicos definidos são: A Europa mais social e a Europa mais próxima do cidadão. -----

O edil realçou que o documento reflete, entre outras conjunturas, a guerra da Ucrânia que provocou uma maior incerteza no mercado, determinando aumento nos custos de funcionamento dos serviços e juros bancários, influenciando fortemente a atividade autárquica e o fecho do quadro financeiro plurianual para o período 2014-2021, que implica, necessariamente, um acréscimo da despesa associada à revisão de preços e aos trabalhos complementares, dos diferentes investimentos, financiados pelos vários programas operacionais. Conjuntura que já se havia refletido na terceira modificação orçamental. -----

Por último, o Sr. Presidente deu nota do volume de despesa associada ao cumprimento dos acordos de pagamento da dívida, pelo fornecimento da água, e o serviço de tratamento de resíduos. “Compromissos antigos, que queremos honrar. Temos também compromissos com as várias entidades das quais somos participantes: Desteque, Associação de Municípios da Terra Quente; Associação de Municípios do Baixo Sabor e a CIM-TTM.” Na perspetiva de cumprir com a principal missão do município: assegurar melhor qualidade de vida aos munícipes, o edil destacou as ações e projetos: O protocolo com os Bombeiros Voluntários; O apoio aos clubes, ao associativismo, às associações desportivas, culturais, sociais e recreativas; O investimento nos contadores inteligentes e o projeto de execução para novos fogos no Bairro da Alegria; O reforço do valor das bolsas de estudo para o ensino superior; O reforço das bolsas para ocupação de tempos livres; O Orçamento Participativo Jovem; A aquisição do equipamento de projeção digital de cinema; A intervenção no património natural com a requalificação e manutenção de Geosítios; A criação da zona lúdica no Sabor e o Investimento na segurança e vigilância de espaços públicos. -----

Além das ações enunciadas, existirão “outras intervenções que não constam do orçamento, mas virão a constar depois de sinalizadas. Além das verbas já definidas para a base de apoio logístico, para a conclusão do Centro de Meios Aéreos, as

*G.ceb*  
*[Handwritten signature]*

Correção a ser feita depois da minuta da aprovação deste ponto para que não incorra em anulabilidade e que na mesma correção seja alterada a fundamentação legal desta convocatória acrescentando a alínea o). -----

“A Câmara Municipal tem que apresentar à Assembleia o orçamento até ao dia 30 novembro. É recorrente não o fazer”, referiu o Deputado Municipal acrescentando que tal não poderia ter acontecido porque só no dia 7 de Dezembro, foi aprovado pela Câmara Municipal. Argumentando que o art.º 45.º do Regime Financeiro define que o órgão executivo apresenta, ao órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte. Portanto, “se foi aprovado dia 7 de Dezembro não podia ser apresentado ao órgão deliberativo a 30 de novembro, ainda que esta assembleia, o vote a 31 de dezembro.” Rematou o Deputado. -----

No âmbito da intervenção do deputado *Nélio Pimentel*, no que à entrega de documentos diz respeito, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, afirmou que o documento em apreciação, o Orçamento e Grandes Opções do Plano, pode ser apresentado ao órgão deliberativo até ao dia 31 de dezembro. -----

-----  
Usou da palavra o Deputado *José Madalena* para, relativamente às GOP's e Orçamento para o ano 2024, mencionar que a Comissão de Orçamento e Finanças reuniu, tendo solicitado a presença do Sr. Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, para esclarecer uma dúvida suscitada, pelo próprio, relativamente ao cumprimento de todas as normas legais, nomeadamente do Regimento Financeiro das Autarquias Locais, manifestando que a resposta obtida foi satisfatória.-----

Relativamente às GOP's e análise dos números, constataram que este orçamento é o mais baixo dos últimos anos, um valor global de vinte e oito milhões e cento e noventa e dois mil euros (28.192.000€), com a receita inscrita, inflacionada, para acomodar a despesa, apresentando exemplos concretos de que a receita é completamente irrealista. Assim, “quando se aponta para receitas de impostos diretos na ordem dos dois milhões e setecentos mil euros (2.700.000€), são valores absolutamente irrealistas quando os dois milhões cento e vinte mil euros (2.120.000€) previstos para este ano, apresenta uma execução que ficará pelos 80%. “A própria renda do parque eólico, com uma renda média que cerca de quatrocentos mil euros (400.000€), este ano aparece inscrita com um valor de seiscentos mil euros (600.000€). Há valores, que me parecem claramente inflacionados”. Salientou o Deputado que compreende a situação, porque é preciso subir a receita para acomodar a despesa, mas que conduz,



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten signature and initials*

num ano de transição, entre um quadro comunitário e outro “a que a despesa corrente pese cerca de 76% no orçamento.” -----

“Há um número que me causa aqui alguma estranheza”, afirmou o Deputado a propósito da subida de nível de aquisição de água, que poderá revelar algum erro, dando nota de que as transferências de capital para as freguesias sofreram um corte muito violento relativamente ao que foi feito no ano anterior, prevendo-se um ano duro. Considerando que o orçamento “está inflacionado” e que “é mentiroso nas receitas” o Deputado recordou o orçamento de 2018, o primeiro orçamento do mandato do atual Executivo, apresentado pelo Presidente de Câmara, que disse “que nunca mentiria nos orçamentos, que queria sempre a verdade e isso aconteceu, mas acho que desta vez não cumpriu. Este orçamento está com a receita inflacionada, tem revisão marcada seguramente, e portanto, nessa perspetiva, e porque não gostamos de orçamentos mentirosos, votamos contra.” Declarou o Deputado.-----

-----  
Usou da palavra o Deputado *Duarte Dias* que a propósito da intervenção anterior afirmou ser o orçamento mais baixo dos últimos anos, se “olharmos para poucos anos”, destacando que o orçamento em discussão é de fim de quadro comunitário, com um decréscimo, na ordem dos quatro milhões (4.000.000€) no plano plurianual de investimentos mas o plano de atividades municipais tem um acréscimo de receita, pelo que o considerou um orçamento “mais magro, estando o município apostado em cumprir com as suas responsabilidades sociais e de educação e para com as entidades a quem tem que prestar contas. “Olhando um bocadinho mais para o futuro” o Deputado questionou se já existe, para o próximo quadro de investimento, alguma sinalização, ou intenção concreta de projetos que se pretendam fazer. -----

-----  
Usou da palavra o Deputado *Miguel Reis* que, no âmbito da intervenção anterior e, no que diz respeito às ruas da aldeia de Corujas, proferir que após a análise do documento das GOP's e Orçamento, na qualidade presidente de Junta de Freguesia de Corujas, no que concerne ao ponto 3.3.1, relativa à rede viária, manifestar não ter encontrado nenhuma verba atribuída à requalificação para as ruas de Corujas. Sendo “necessária uma intervenção de raiz bem planeada e executada, com urgência, como disse o Senhor Presidente.” O Deputado mencionou que no início do ano de 2023, o Executivo da Junta de Freguesia de Corujas reuniu com o Senhor Vice-Presidente para esclarecer a obra de reabilitação da rede de abastecimento de águas, tendo-lhe sido comunicado que Corujas não estava esquecido, e que em 2024, seriam

intervencionadas as ruas. Hoje, e “feita a análise do documento, podemos constatar a transição das verbas da maioria das freguesias de 2023 para 2024, mais um aumento de algumas verbas. Fico indignado e revoltado não ver qualquer tipo de planeamento de intervenção nas ruas de Corujas em 2024, como foi prometido. Compreendo que a capacidade financeira da câmara não seja das melhores, mas, a meu ver, passeios rotundas e largos não são prioridade, se comparadas com as ruas de Corujas. Questiono: Será isto um jogo político? Se zelássemos pela prioridade e o bem-estar dos habitantes, teríamos aqui uma intervenção. No mês de dezembro um carro avariou em Corujas, bateu por baixo nas lombas e danificou um pneu. Um custo para o proprietário. A Junta de Freguesia já vai no segundo camião de tubnan para tapar os buracos.” Argumentou o Deputado que proferiu a declaração de voto quanto ao ponto quatro da ordem de trabalhos, proferindo que irá votar contra o orçamento “porque não posso compactuar, nem partilhar com os corujenses que estou de acordo com um orçamento deste calibre.” Terminou. -----

-----  
Usou da palavra a Deputada *Jacinta Lopes*, cuja análise, ao ponto em discussão, será feita com base na proposta apresentada pelo Executivo e não no conjunto de intenções ou revisões planeadas pelo Sr. Presidente da Câmara. A Deputada referiu que o orçamento é um documento estruturante para o concelho e que, mais uma vez, o direito de oposição não foi respeitado. “Proclama-se transparência e a democracia, mas depois a lei não é cumprida, tal como é definido no art.º 5 do Estatuto do direito à oposição: Os partidos sem assento no órgão Executivo devem ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades”. O que não aconteceu com a bancada do CDS, não sendo a lei cumprida, por “ausência de visão”. Para a Deputada o orçamento de 2024 é a “ausência de coisa nenhuma, zero de ideias para o futuro, falsas proclamações de circunstância e um chorrilho de tautologia de quase ocas. E quanto à visão de futuro, qual é a estratégia? Não vejo nada. Num ano de grandes apoios comunitários, através do PRR e do quadro comunitário de apoio previa-se uma grande aposta no investimento. Fala-se em documentos estratégicos para o município, mas depois não se explica nem se concretiza nada, remete-se apenas para documentos que estão transcritos numa série de princípios, adaptáveis a qualquer município.” Declarou a Deputada afirmando que continua a não existir um plano estratégico que ofereça novas perspetivas de desenvolvimento sustentável para o concelho, que está preocupada com a descentralização de competências e as implicações que daí advêm para o aumento das despesas a que não corresponde o respetivo envelope financeiro e ainda não estão contabilizadas as despesas na área



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

da saúde. Assim, para a Deputada o orçamento para o ano 2024 não corresponde aos problemas do concelho, aos comerciantes, aos empresários nem às famílias. “Temos casais jovens com dificuldades em deixar os seus filhos para poder trabalhar. Onde estão as creches? Onde estão os eventuais apoios aos privados nestas áreas? Precisamos urgentemente de fixar população e famílias jovens. Quem fixa a população é o emprego, o trabalho, onde constam medidas para esse efeito? Olhamos para a artéria principal da Zona Industrial e continuamos a desviar-nos das tampas de saneamento existentes na via, deparamo-nos com uma fraca iluminação. Ouvimos falar de milhões mas desvalorizamos o empenho de algumas empresas que ainda resistem no nosso concelho. As opções tomadas por este Executivo parecem aleadas da realidade face aos sinais evidentes da diminuição da vitalidade do concelho de Macedo de Cavaleiros. Falta planeamento e falta funcionalidade nas opções tomadas. A ausência de políticas de medidas acrescidas de captação de investimento. Onde se encontram as medidas de transformação de produtos agrícolas e o apoio às pequenas unidades industriais? Vamos perder a oportunidade dos fundos comunitários e do PRR porque buscamos uma lógica de fazer apenas obras públicas. Governar é também olhar para o privado e ajudar a procurar soluções concretas e financiamentos de fundos que vamos deixar perder.” Rematou a Deputada. -----

-----  
Usou da palavra o Deputado *Manuel Mico* para manifestar que se cumpre a lei com a apresentação do Relatório Semestral. Que sempre existiu a obrigatoriedade de o apresentar mas que nunca o foi, que as dúvidas da Comissão de Orçamento e Finanças, quanto às perdas de água também eram dúvidas suas, principalmente tendo em conta o grande investimento que o município tem vindo a fazer na redução das perdas de água, que foram esclarecidas e que o relatório reflete a atualização remuneratória dos recursos humanos do município destacando, que não existe outro município, no distrito de Bragança, que tenha feito o inventário de bens, que se revertem em amortizações de cerca de um milhão de euros. -----

A propósito do Orçamento, o Deputado destacou que é o possível e é de transição, sendo impossível imputar obra porque as candidaturas ainda não foram feitas. “Se a CIM-TTM ainda não negociou com os municípios como se podia fazer referência a obras? Há municípios que o fizeram, por isso têm orçamentos de trinta milhões. A meu ver uma situação ilegal. Não faz sentido referir verbas que não sabem se virão a receber. O orçamento atual é de vinte e oito milhões (28.000.000 €) mas o orçamento de transição de 2015 foi de quinze milhões (15.000.000€).” Recordou o Deputado. -----

Lij  
cer  
Aa

A propósito da delegação de competências em curso, o Deputado afirmou que se traduzem num custo muito elevado, representando um problema para todos os concelhos, tornando-se necessário um ajuste financeiro ou será “criado um buraco como o da água.” Quanto à questão do aumento da receita o Deputado solicitou que esta seja explicada, e frisou que as Juntas de Freguesia irão receber, diretamente do Estado, cerca de dezanove mil euros (19,000 €), além das verbas contempladas no orçamento municipal. -----

“Trata-se de um orçamento de transição, situação que deve estar presente e tida em conta”, acreditando que haverá novidades durante o ano, quando for possível dar início às obras sinalizadas que não podem refletir-se no orçamento. Assim e tendo em conta os argumentos apresentados, o Deputado manifestou que o grupo parlamentar do PS irá votar favoravelmente o documento. -----

-----

Usou da palavra o Deputado *David Martins* para manifestar que “é um orçamento de arrasto. Que arrasta as verbas das freguesias dos anos 2022 e 2023 para o ano 2024, que não terão investimentos no ano de 2024. Logo, essas obras são passadas para o ano 2025, ano de eleições”. Afirmou, manifestando dúvidas, sobre o Orçamento para 2024 nomeadamente no que concerne às contas de 2022. Assim, o “empréstimo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, tem uma duração de cinco anos e no orçamento de 2024, é de quinze anos e há um empréstimo de 2019 que não aparece nas contas de 2022”. Perante esta dúvida e com o objetivo de esclarecer a Assembleia Municipal, o Deputado solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a entrega, aos Deputado Municipais do mapa de responsabilidades de crédito do município perante o Banco de Portugal. Pedido que irá apresentar, por escrito, à mesa da Assembleia Municipal. -----

-----

No uso da palavra, o Deputado *Nuno Trindade* mencionou ter consultado as prestações de contas dos últimos dez anos da Câmara Municipal e é um facto que a sua freguesia, a nível de investimentos do município, situa-se nas três últimas freguesias do concelho e que, mesmo com o investimento previsto para o ano 2024 ainda fica aquém da freguesia que ocupa o quarto lugar, o que significa que “muito falhou em termos de equidade”. Finalmente, vai fazer-se alguma justiça na única aldeia do concelho abrangida pelo Baixo Sabor. As obras prometidas vão, finalmente deixar de ser uma miragem. Finalmente a verba está atribuída”, proferiu. -----

Usou da palavra a Deputada *Betina Goncalves*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PSD, movida pelo orçamento de 2023 e 2024, por “uma questão de integridade e



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Cijeb*  
*AZ*

porque devemos ser realistas e apoiarmo-nos em factos”, a Deputada efetuou um pequeno resumo do que foi o apoio da Câmara Municipal à freguesia de Lamalonga, relatando que até à presente data a Junta de Freguesia teve uma única verba atribuída de dois mil euros (2.000€), passando a fazer o exercício de divisão desta pelas quatro aldeias, que corresponde a um valor de quinhentos euros por cada aldeia. Valor que teria aumentado se tivessem sido concretizadas as duas verbas contempladas para a freguesia, no orçamento de 2023. Mas, Lamalonga, mesmo sem apoios, não desiste de ser uma freguesia dinâmica, nomeadamente através das suas associações, passando a elencar as Associações e a dinâmica de cada uma delas, que mesmo assim não obtiveram apoio financeiro do município. Assim, “ apesar das provas dadas na comunidade e a sua importância económica, cultural e recreativa no primeiro ano, dei o benefício da dúvida, atendendo que se tratava de um ano de transição e de instabilidade governativa nacional. O segundo ano acreditei efetivamente que este Executivo faria algo pela minha freguesia atendendo à verba contemplada no orçamento, por isso não hesitei em votar favoravelmente. Senhor Presidente, estamos cá para colaborar consigo sempre que faça algo que beneficia as nossas comunidades, mas também para lhe pedir responsabilidades enquanto apresentar estes resultados. As pessoas esperam de mim e do seu Executivo trabalho, dedicação, igualdade e equidade. Perante os factos, continuarei à espera que me demonstre que estou errada. Como não se tem verificado a igualdade e a equidade, que publicamente defende, hoje, contrariamente aos dois últimos anos, não contará com o meu voto favorável.” Declarou a Deputada. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Vice-presidente para responder à interpelação do Deputado *Miguel Reis*. No uso da palavra o Sr. Vice-presidente reiterou que será efetuada a requalificação da aldeia de Corujas até ao final do mandato. Um compromisso assumido pelo Executivo e que “será cumprido pois trata-se de uma das aldeias em pior estado no concelho de Macedo de Cavaleiros.” Esclareceu o Sr. Vice-presidente que apelou para que não coloque em causa a seriedade do Executivo. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para responder às interpelações dos Deputados Municipais. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara referiu-se ao tempo em que foi Presidente da Junta de Freguesia de Talhas e recordou todas as dificuldades que passou tendo, inclusive, abdicado do seu vencimento para fazer face às despesas do transporte de doentes, no obstante foi uma das primeiras aldeias que teve secretária que dava apoio, e continua a dar, aos utentes e que efetua o transporte. “Não precisavam de me dar dinheiro para fazer as obras”, construi um estádio com bancadas invejáveis e uma sede digna. Obra feita com o esforço da Junta, com pouco apoio da Câmara. “Um Presidente em condições não se vem queixar, quando se sabe que o Presidente do município tem dificuldades em gerir o município, quando sabem que o município herdou dívidas abismais. O Presidente não tem gosto em arrastar verbas das aldeias e somos muito honestos naquilo que dizemos e só para dar o exemplo à Deputada Betina, espero que vote contra o orçamento, para ser coerente consigo, porque é um dos maiores orçamentos que têm as aldeias para 2024, estando, a Freguesia de Lamalonga contemplada em orçamento com cerca de três vezes mais que as outras freguesias.” Disse o autarca que reforçou que a Freguesia de Lamalonga foi uma das que beneficiou de maior investimento no mandato anterior e que o orçamento para 2024 contempla todas as aldeias com uma verba total de um milhão e duzentos e vinte e quatro mil euros (1.224.000€). Sendo, ainda, importante que as pessoas percebam que as aldeias vão ter mais autonomia financeira, com montantes transferidos pelo FEF, em média, mais de 22%, entre os vinte e dois mil euros (22.000 €) e os vinte e oito mil (28.000 €) euros, em média, que permitirá fazer muitas obras nas aldeias. “Verbas à custa do emagrecimento das transferências para o município. Os discursos com este teor são extremamente injustos e demagógicos.” Afirmou, pedindo desculpa pelo tom inflamado do seu discurso. -----

Ao Deputado *José Madalena* disse que não é difícil elaborar um bom orçamento, se forem feitas as opções com os investimentos hipotéticos mas que o Executivo optou por não o fazer, preferindo efetuar revisões orçamentais. A propósito da afirmação de que o Executivo estava a empolar as receitas, o edil afiançou que as contas foram feitas tendo em conta o que serão os aumentos da receita e dos impostos nomeadamente da água. “Com toda a certeza dirá que não é previsível que as eólicas aumentem para 600.000, mas chegou-se ao valor tendo em conta as conversações. Poderá ser exagerado? Nós temos de ter um equilíbrio orçamental, e a correção será feita de acordo com que os valores reais. A despesa corrente foi projetada com base nos mesmos pressupostos, nomeadamente o aumento de juros, o aumento de despesas com as transferências de competências e os aumentos salariais, para dar



## Assembleia Municipal -- 5ª Sessão Ordinária

uma vida mais estável e com progressão na carreira aos colaboradores do município.”

Frisou o edil. -----

Ao Deputado *Duarte Dias*, que mencionou os investimentos para o futuro, o Sr. Presidente elencou algumas das obras e projetos que o Executivo pretende efetuar, nomeadamente o espaço *cowork*, no *Instituto Jean Piaget*, a implementação da eficiência energética nos edifícios municipais, a criação de uma comunidade de energia renovável municipal, a Proteção Civil e a gestão integrada de riscos, a construção e requalificação de infraestruturas municipais para abastecimento e saneamento de água em baixa, a entrada nascente de Macedo de Cavaleiros, dotando de equipamentos um dos principais acessos a cidade, o acesso aos serviços de apoio integrado, a requalificação e modernização do Estádio Municipal, nas suas várias vertentes, a nova centralidade também multifuncional do espaço da Feira de São Pedro, as piscinas municipais e a requalificação de equipamentos de resposta social em talhas, em Santo André, em Morais e no S. Geraldo, no Centro Paroquial de Grijó, foram alguns dos exemplos. -----

Quanto aos grandes investimentos efetuados, o autarca passou a referir os investimentos e os montantes envolvidos: Mm milhão quinhentos e cinquenta e sete mil euros (1.557,000€) na elaboração de cadastro das infraestruturas existentes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais em baixa no município, renovação das redes de água, instalação do sistema de telegestão no sistema de abastecimento e na execução de reservatórios de água no concelho; Dois milhões; dois milhões e duzentos mil euros (2.200.000€) na Escola Básica e Secundária; Quinhentos e cinquenta mil euros (550.000€) na iluminação pública; Quinhentos e cinco mil euros (505.000 €) na requalificação do Centro Hípico; oitenta e cinco mil euros (85.000 €) no centro *Cycling Portugal* e cerca de novecentos e noventa e quatro mil euros (994.000€) na área de acolhimento empresarial. -----

A propósito da intervenção da Deputada *Jacinta Lopes*, que mencionou a ausência de planeamento e de visão para a Zona Industrial, o autarca disse que foram ali investidos quase um milhão de euros (1.000.000€) e incentivou-a a visitar a Zona Industrial que neste momento está ampliada, disponibiliza grandes lotes para instalar grandes empresas, pese embora as dificuldades herdadas. “Têm sido seis anos de mandato com muita dificuldade e muito custo” confessou o edil garantindo que se a herança não fosse tão pesada Macedo de Cavaleiros teria crescido exponencialmente porque o investimento captado foi imenso e continua a existir lista de espera para os lotes. -----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*C. Celso*  
*[Signature]*

a noção de que este, não é, o pior orçamento de sempre, mas é um orçamento de transição que irá orgulhar os macedenses. -----

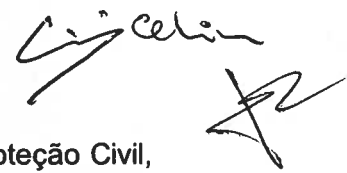
Quanto à intervenção do Deputado *Nuno Trindade*, que destacou a injustiça relativamente à sua freguesia, o edil acrescentou que nos últimos dez anos não houve investimento em Lagoa, provavelmente por falta de diligência por parte do Executivo anterior. Esteve obra prevista e não foi efetuada. A autarquia que abrange a maior parte da área de influência do baixo sabor foi penalizada pelo executivo que nos antecedeu, porque, este previsto investimento para Lagoa que foi efetuado junto da cidade. Assim, “vai fazer-se justiça” assegurou o autarca anunciando que já existem verbas alocadas e encomendas para equipamentos.-----

“Não venham aqui com discursos agressivos dizer que não fazemos. Nós não fazemos, porque não podemos, porque há responsabilidade. Primeiro temos que honrar os compromissos. Hoje vai ser votado um empréstimo a curto prazo que tem que ser pago até ao final do ano. Não empurrámos as responsabilidades com a barriga, cumpro-las e honramo-las. Queremos contas certas”. Frisou o Sr. Presidente da Câmara. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta à votação do plenário. -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, nos termos da alínea a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, por maioria, com trinta e cinco (35) votos a favor, dezanove (19) votos contra e seis (6) abstenções, aprovar o Documento Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2024. -----**

-----Votação: trinta e cinco (35) votos a favor – *João Trovisco (PSD), Francisco Oliveira (PSD), Andreia Eugénio (PSD), Andreia Batista (PSD), Camilo Morais (PS), Celina Martins (PS), Rogério Pires (PS), Patrícia Cordeiro (PS), Manuel Mico (PS), Duarte Dias (PS), Carlos Fernandes (PS), Luís Vaz (PS), Ilídio Alves (PS), Inácia Ferreirinha (PS), Paulo Ferreirinha (PS), Dinis Sarmento (PS), Beatriz Pereira (PS), Fernando Gomes (PS), Bruna Fernandes (PS), José Carlos Jecas (PS), Beatriz Neto (PS), António Gomes (PS), Acácio Ferreira (PS), Nuno Trindade (PS), Miguel Caseiro (PS), Ramiro Valadar (PS), Cláudia Peludo (PS), Ricardo Cordeiro (PS), João Pinto (PS), Jorge Pinto (PS), Inácio Roma (PS), João Reis (PS), Júlio Quintela (PS), João Alves (PS), Jorge Asseiro (PS)*, dezanove (19)



No seguimento do discurso, o edil referiu que: No Centro Municipal de Proteção Civil, o investimento foi de quinhentos e sessenta e três mil euros (563.000 €), que será aumentado com os montantes sinalizados para a Proteção Civil a nível intermunicipal; Para a requalificação da igreja de Podence e a Casa do Careto, foram investidos quinhentos e oitenta mil euros (580.000€); Na requalificação dos Paços do Concelho, quatrocentos mil euros (400.000€); na requalificação de ruas e arruamentos oitocentos mil euros (800.000€); No *Welcome Center*, duzentos e vinte mil euros (220.000€); no campo sintético quatrocentos mil euros (400.000€); no campo de jogos de futebol praia oitenta mil euros (80.000€); no pavilhão gimnodesportivo um milhão de euros (1.000.000€); no Bairro São Francisco, dois milhões e setecentos e sessenta mil euros (2.760.000€); no Parque Urbano um milhão e meio de euros (1.500.000€); Na estação, oitocentos e cinquenta mil euros (850.000€); No largo da estação quatrocentos e oitenta mil euros (480.000); na *bycitie* fase 2, cento e cinquenta mil euros (150.000€) e na Rua Eça de Queirós quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€). “Todos diziam que não tínhamos visão e planeamento mas estas obras estão executadas, correspondem a um montante global de cerca de dezasseis milhões cento e nove mil euros (16.109.000€) e somos um exemplo a nível da Região Norte.” Destacou o autarca, acrescentando que as últimas candidaturas efetuadas têm sido um sucesso e que excluindo os montantes sinalizados no pacto, será feita mais uma candidatura, até ao final do mês de março, para a Zona Industrial, com o objetivo de reforçar a competitividade e o acolhimento empresarial. -----

Relativamente à transferência de competências da área da saúde mencionada pela Deputada *Jacinta Lopes*, o edil esclareceu que estas não são para o município, porque existe ULS em Macedo de Cavaleiros mas o município trabalha em parceria com esta entidade. O Executivo tem feito muito investimento na área social e educativa e as creches são uma “problemática que carece de solução porque existe um défice”. Afirmou o Sr. Presidente. Quanto às tampas de saneamento da Zona Industrial, o edil referiu que o “investimento não chegou para tudo” mas que será efetuada uma candidatura para melhorar as infraestruturas desta Zona, bem como as acessibilidades e a capacidade de atração de investidores, dando nota de que a unidade de expansão 4, “está evoluída” e será necessário adquirir terrenos para implementar unidades fabris com alguma dimensão, sendo alguns dos investidores da terra. Sinal claro de que os empresários acreditam no Executivo. -----

A propósito da intervenção do Deputado *Manuel Mico*, que recordou o orçamento de 2015, dados “que devem ser referenciados e lembrados” para que as pessoas tenham

votos contra – *Assunção Gemelgo (PSD), Maria José Moreno (PSD), José Madalena (PSD), Lília Silva (PSD), Margarida Pires (PSD), Sandra Franco (PSD), Maria Adelaide Carvalho (PSD), Miguel Reis (PSD), Betina Gonçalves (PSD), Sérgio Borges (PSD), Luís Rodrigues (PSD), Carlos Maceda (PSD), David Martins (PSD), Jacinta Lopes (CDS-PP), Amâncio Rocha (CDS-PP), Daniela Rebelo (CDS-PP), Beatriz Pires (CDS-PP), Jorge Olaio (UPM), Nélio Pimentel (UPM)* e seis (6) abstenções – *José Luís Tomé (PSD), Simão Ferreirinha (PSD), Carla Miranda (PSD), Raquel Costa (PSD), João Salsas (PSD), Leonardo Vila Franca (Independente)*. -----

Eram as dezassete horas quando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que seria feita uma pausa para proceder à entrega dos presentes, angariados no âmbito da iniciativa “Árvore Imaginária” aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, na sala de conferências do Centro Cultural. -----

Retomados os trabalhos, pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos pretenderam fazer declaração de voto os Deputados Municipais: *Maria Adelaide Carvalho*, membro do grupo parlamentar do PSD, *Nélio Pimentel*, membro eleito pelo grupo parlamentar Unidos por Macedo. -----

Usou da palavra a Deputada *Maria Adelaide Carvalho* para manifestar o seu desagrado com o Orçamento de 2024 porque é o quarto ano “consecutivo que vem em plano a conclusão dos passeios em frente à junta de freguesia. Acreditei que à terceira seria de vez, apesar de ter tido a garantia de que esta obra seria executada em 2023, o ditado popular “à terceira é de vez” não se cumpriu. Relativamente à resolução do problema com o saneamento no Bairro da Sagrada Família, que também esteve em plano para 2023 e que transita para 2024, obra urgentíssima por se tratar de um problema de saúde pública, peço que seja resolvido com a maior brevidade possível. Tendo entregado, no dia 11 de setembro de 2023, na Câmara Municipal o registo das obras que considera mais necessárias para Carrapatas, ficou “muito surpreendida e desapontada” ao verificar que nenhuma foi contemplada. Assim, e por uma questão de coerência, tendo votado favoravelmente as contas do município, “sem entusiasmo”, hoje não sente nem entusiasmo, nem motivação, para votar favoravelmente este orçamento.” Manifestou a Deputada. -----

Usou da palavra o Deputado *Nélio Pimentel* para proferir: “Manifesta o Grupo Parlamentar Unidos por Macedo, o seu Voto Contra, relativamente aos Documentos



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*C. Celso*  
*[Signature]*

Previsionais e Mapa de Pessoal para 2024. O orçamento aqui trazido é pobre e mostra uma total ausência de visão e ambição para o concelho. -----  
É um orçamento mau, seguramente o mais fraco de todos os que até aqui foram apresentados pela governação do presidente Benjamim Rodrigues (excluindo, claro, aquele orçamento ilegal de 2018). -----  
E a maior prova de que este orçamento é mau, está no próprio executivo que já nos promete um novo para o início do próximo ano. Coitado deste orçamento, que ainda nem nasceu e já tem os dias contados. -----  
Este é, efetivamente, tão só, o primeiro Orçamento do presidente Benjamim Rodrigues. Este é o primeiro Orçamento sem a influência das obras do mal-amado PEDU. É o primeiro Orçamento sem a herança do passado. É o primeiro Orçamento sem Paulo Rogão, o diretor/vereador a quem o presidente Benjamim Rodrigues entregou os destinos da câmara municipal, e com quem agora não pode contar! Este é o primeiro Orçamento de um presidente desamparado e que, atentos ao que nos é apresentado, um presidente a caminhar sem saber para onde. -----  
É o primeiro Orçamento que nos vai mostrar o que realmente vale Benjamim Rodrigues enquanto presidente da câmara municipal. Não como pessoa, não como médico, não como ex-futuro presidente da ULSNE, não como autoproposto candidato a Deputado da Assembleia da República, não! É enquanto presidente da câmara que, a partir de agora, avaliamos Benjamim Rodrigues. -----  
E para primeira amostragem, a conclusão é simples: Claramente o “presente não está à altura do embrulho”. -----  
Daí o nosso voto contra.-----  
Não é suficiente o esforço e “o *chega pra lá, à centralão*” de Rui Vilarinho; ou a resiliência e dedicação de Sónia Salomé; ou as primeiras impressões positivas de Susana Viana. Não, isso não é suficiente para que aquilo que nos é trazido por Benjamim Rodrigues mereça a nossa aprovação, ou sequer a nossa abstenção como havia sido até aqui. -----  
É um Orçamento de 28.000.000,00 €, menos 3.000.000,00 € que o de 2023, mas que, mesmo assim, nos traz um crescimento da despesa corrente em mais de 1.000.000,00 €. São 21.348.000,00 € só para o funcionamento da casa. Ou seja, quando a 1 de janeiro o presidente Benjamim Rodrigues for com a “*chavinha*” abrir as “*portas cinzentas*” dos Paços do Concelho, já gastou 76% deste orçamento que aqui nos traz. E a despesa com pessoal também não para de crescer. Só este ano são 9.157.000,00 €. Qualquer coisa como 32% do orçamento. E veja-se: desde que há 6 anos Benjamim



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*cel*  
*[Handwritten signature]*

“Por Despacho da Sra. Vereadora a Tempo Inteiro - *Sónia de Jesus Afonso Salomé*, exarado a 26.10.2023, foi iniciado procedimento de consulta às entidades bancárias sediadas em Macedo de Cavaleiros, de modo a que as mesmas apresentassem as respetivas condições de financiamento. -----

Em cumprimento desse Despacho, por ofício remetido dia 26.10.2023, foram solicitadas as condições de financiamento para um empréstimo de curto prazo até ao montante de 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros), tendo sido convidadas as seguintes entidades bancárias: -----

1. Banco BPI; -----
2. Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro; -----
3. Caixa Geral de Depósitos; -----
4. Millennium BCP; -----
5. Montepio; -----
6. Novo Banco; -----
7. Banco Santander. -----

Com o objetivo de uniformizar as Propostas das diferentes entidades bancárias consultadas, foram previamente determinadas as seguintes condições: -----

- a) Montante - Até 1.200.000 € (um milhão e duzentos mil euros) em regime de conta corrente; -----
- b) Finalidade - Para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria que possam surgir durante o exercício económico de 2024; -----
- c) Prazo - Maturidade de um ano com amortização integral até 31.12.2024, podendo proceder-se à amortização parcial do empréstimo mediante prévia comunicação escrita, sem qualquer penalização; -----
- d) Utilização - Sem período de carência e de acordo com as necessidades do Município, podendo durante o exercício haver lugar a reutilizações; -----
- e) Taxa de Juro - Média da EURIBOR a 6 meses/360 dias, em vigor nos últimos três dias úteis anteriores ao início de cada período de referência acrescida do *spread*, ou Taxa de Juro Fixa para o período em referência; -----
- f) Deverá obrigatoriamente ser indicado o tipo de arredondamento, não sendo admitidas quaisquer despesas adicionais (comissões, taxas de expediente, entre outros); -----
- g) Pagamento de Juros - Juros calculados ao dia sobre o capital em dívida, pagos postecipada e mensalmente; -----

Rodrigues assumiu este cargo, a despesa com pessoal já duplicou. E ainda que se queira daqui retirar quase 1.000.000,00 € relativos às competências assumidas na educação, o crescimento da “despesa com o pessoal” em 2024, é 73% superior àquela que existia em 2017. E não são seguramente as valorizações nas carreiras que justificam este crescimento. -----

E podemos afirmar que, se este crescimento da despesa fosse acompanhado de perspectivas de valorização da qualidade de vida dos macedenses, bem como de previsões de igual crescimento da economia, do investimento e da criação de emprego privado, este orçamento poderia vir a receber a nossa nota positiva. -----

Mas não! Onde está, entre outros e por exemplo, o tão pomposo pavilhão multiusos? Onde está a a BAL – Base de Apoio Logístico? Onde estão o Centro de Acolhimento Empresarial e o Centro de Inovação Tecnológica, marcos de campanha em 2021? Onde está, sequer, uma pequena manifestação da vontade em levar por diante a medida de desenvolvimento para a cidade mais importante: a ligação ao Azibo, por Vale de Prados? -----

O vazio da estratégia de fomento e crescimento empresarial e económico é gritante. Além da sua particular capacidade em transformar pequenos contactos em grandes anúncios, o presidente Benjamim Rodrigues revela uma incapacidade por demais evidente. E veja-se bem o que, nos reserva em matéria de fomento empresarial: 102.000,00 €!! -----

Repetimos: 102.000,00 € para a dinamização empresarial deste concelho! ----- Comparativamente, vejamos que, só em horas extraordinárias com pessoal, esta câmara prevê gastar quase 139.000,00 €. E, se retirarmos aos 102.000,00 €, 70.000,00 € para aquisição de terrenos, sobram 32.000,00 €. A título de exemplo, só em senhas de presença para este órgão, a Assembleia Municipal, a previsão é de gastar 35.000,00 €! -----

São prioridades, dir-nos-ão! É mau de mais para acreditar! -----

Bem-vindos a 2024! -----

Bem-vindos ao primeiro ano da graça do presidente Benjamim Rodrigues!” Rematou o Deputado *Nélio Pimentel*. -----

**Ponto 5- Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o Ano 2024 – Proposta: Deliberação nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.** -----

-----Presente a Proposta da Sra. Vereadora *Sónia de Jesus Afonso Salomé*, datada de 10-11-2023, que se transcreve: -----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten signatures and initials*

procedimento ser submetidas à apreciação do órgão deliberativo para autorização dessa contratação, dando-se, assim, cumprimento ao previsto no n.º 4 do mesmo artigo.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 16-11-2023, proferiu o seguinte Despacho: “À Câmara Municipal.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, aprovar a Adjudicação da Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano 2024, no valor de até 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros.) à entidade bancária *Millennium BCP*, nos termos propostos, por maioria com quatro (4) votos a favor e três (3) votos contra, submetendo-o à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----Votação: 4 votos a favor (*Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Sónia Salomé e Susana Vieira*), e 3 votos contra (*Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Daniela Artilheiro*). -----

-----  
Aberto o período de intervenções pretendeu usar da palavra o Deputado José *Madalena*. Antes de começar a intervenção acerca do ponto em análise, intencionou dar duas notas. A primeira, e tendo em conta que foi referido o orçamento negro de 2015, ano de grandes restrições devido à intervenção da *Troika*, tempos que espera não regressem e que este orçamento de 2024 não seja pronúncio de tempos difíceis, que seja apenas “um mau momento à espera de anos melhores”. A segura relativamente ao campo sintético, uma “excelente obra”, e a propósito da necessidade de bancadas referida pela Deputada *Maria José Moreno*, o Deputado referiu, “sem ironia”, que existem bancadas no campo do Azibo, desmontáveis, que não servem para nada, considerando que estariam melhor aplicadas junto do campo de treino.-----

Relativamente ao ponto em análise, que tem como finalidade “ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, que possam surgir ao longo do exercício económico de 2024”, sendo que os empréstimos de curto prazo que a Câmara contraiu ao longo deste ano têm que ser liquidados e 31 de dezembro. Ou seja, neste caso, a votar a autorização para a contração de novo empréstimo até um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€) “estamos perante uma situação de substituição de dívida”, estando em causa a contratação de um empréstimo de curto prazo, que é substituído por outro empréstimo de curto prazo, “situação que configura um empréstimo de médio e longo prazo, porque corresponde a uma necessidade que não se extingue momentaneamente.” Frisou o Deputado argumentando que o empréstimo será também para acudir a “situações de pagamento de indemnizações no âmbito dos

*Handwritten signature and initials*

h) Reembolso - O saldo devedor no termo do prazo será liquidado juntamente com os juros que sejam devidos nessa data. Porém, se o empréstimo for na sua totalidade liquidado antecipadamente, os juros serão pagos na mesma data que o capital; -----  
i) A adjudicação será efetuada à entidade bancária que, na data do Ato Público de abertura das propostas, apresente menor valor do serviço da dívida para o Município; -  
j) Em caso de igualdade entre propostas, será desencadeado um processo de negociação entre as entidades bancárias que apresentem o mesmo valor global. -----  
Da análise efetuada pela Comissão aos itens comuns e de acordo com a ordem de entrada das Propostas, temos como resultado o seguinte Mapa Comparativo: -----

Entidades Bancárias	Taxa	Spread
Banco Montepio	Euribor 6 meses	0,25 %
Banco BPI	Euribor 6 meses	0,18 %
Novo Banco	Euribor 6 meses	1,15 %
Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro	Euribor 6 meses	0,1 %
Banco Santander	Euribor 6 meses	0,55 %
Millennium BCP	Euribor 6 meses	0 %
Caixa Geral de Depósitos	Euribor 6 meses	0, 185%

Face à análise do Mapa Comparativo das propostas apresentadas pelas diferentes entidades bancárias, propõe-se a adjudicação da contratação do empréstimo ao Millennium BCP por ser a proposta mais vantajosa, tendo apenas como encargos a taxa Euribor a seis meses, pois o *spread* proposto é de 0 % (zero por cento), submetendo-se a presente Análise de Propostas e consequente Proposta de Adjudicação à superior consideração da Exma. Sra. Vereadora a Tempo Inteiro - *Sónia de Jesus Afonso Salomé*, carecendo a adjudicação da contratação do empréstimo de ser aprovada em reunião de Câmara. -----

Após deliberação da Câmara Municipal, caso a adjudicação seja aprovada conforme proposto, deverá a mesma ser comunicada a todas as entidades que apresentaram Propostas, dispensando-se a realização da audiência dos interessados nos termos do disposto nas alíneas a) e e) do art.º 124.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, 01 de julho, solicitando-se a apresentação da Minuta do Contrato à entidade bancária - Millennium BCP. -----

De acordo com o determinado na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a contratação de empréstimos, devendo também todas as propostas das entidades bancárias que integram o presente

processos judiciais que a câmara tem sobre si." Existe um conjunto de processos judiciais, que aguardam decisão, que se enquadram no alerta do ROC, merecendo a reserva quanto à certificação legal das contas do município, "cujo desfecho e os efeitos financeiros, não são passíveis de quantificar com rigor." Argumentou o Deputado *José Madalena*, alegando que a sua interpretação do fluxograma, retirado da Inspeção-Geral de Finanças, refere que "quando é provável a saída de recursos e quando a estimativa é razoável se deve reconhecer contabilisticamente através de previsão. Não diferindo muito a contabilidade empresarial da dos municípios, o Deputado questionou se está a ser "devidamente tratada e a levar para o curto prazo aquilo que devia ser encarado de outra forma?". No ano de 2023, o Deputado votou favoravelmente o empréstimo mas este ano considera a "utilização do empréstimo de curto prazo não está a ser adequada à finalidade a que se destina", carecendo de uma revisão, chamando a atenção para uma reflexão do revisor oficial de contas, no sentido de entender se de ser feita uma alteração à política contabilística. Tendo em conta o histórico da gestão recente, sendo sabido que nos processos relativos às expropriações haverá direito a indemnizações, e tendo presente os juros a pagar às Águas do Norte não é "assertivo" remeter situações desta natureza para o empréstimo de curto prazo, o Deputado considerou ser oportuno rever a forma como o processo é tratado. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Deputada *Jacinta Lopes*. No uso da palavra a Deputada mencionou não entender a necessidade do empréstimo a curto prazo. No obstante a conjuntura nacional e internacional, as oscilações e revisões de preços, e tendo sido referido que este empréstimo se destina a fazer face a dificuldades de tesouraria, a Deputada intencionou saber os montantes em causa, considerando ser insuficiente, analisar a proposta de contratação de empréstimo com base nos argumentos apresentados. -----

Usou da palavra o Deputado *Nélio Pimentel* para considerar que o Executivo lhes pede que deliberem a emissão de um "cheque em branco", no entanto, se este significar boas contas, o Executivo pode contar com o voto favorável do Unidos por Macedo. Contudo, e entendendo a importância de cumprir os prazos de pagamento a fornecedores, alertou para o facto de que "começa a haver queixas de atrasos, os prazos começam a alargar-se, há instabilidade dos trabalhadores da autarquia, incompatibilidade entre os dirigentes e demissões e seria importante que este empréstimo fosse usado para o fim a que se destina. -----



O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às interpolações dos Deputados Municipais. -----

No uso da palavra o Sr. Presidente frisou que os compromissos para com os fornecedores estão a ser honrados, com as contas relativas a novembro liquidadas e este empréstimo significa “tranquilidade para continuar a honrá-los”, esclareceu. Recordando, que quando assumiu os destinos do município se pretendia recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, um fundo de socorro. Uma intenção do domínio público, à que não recorreram e, volvidos seis anos à frente dos destinos do município os compromissos continuam a ser honrados. -----

Ainda no âmbito do Orçamento para 2024, o edil retorquiu que “não se trata de um orçamento pouco ambicioso”, mas sim de um orçamento de fim de quadro comunitário, de finalização de obras que foram objeto de revisão de preços, e de transição para um novo quadro comunitário. “Trata-se de um orçamento real” que poderá ser diferente dentro de pouco tempo. “Existe um plano estratégico ambicioso, com um organograma desenhado em torno da economia, da competitividade e da sustentabilidade ambiental” e, o Executivo tem investido em vários vertentes nomeadamente na qualificação e capacitação do capital humano, em infraestruturas na Zona Industrial, no empreendedorismo com a criação da incubadora de empresas, em estruturas de investigação e desenvolvimento e na área do turismo, numa ótica de estratégica concertada e que surgirá em breve uma obra, já contratada que irá valorizar as aldeias circundantes da Albufeira do Azibo. “Se não investirmos nas pessoas, na inovação e na investigação não conseguiremos fazer progredir o concelho. A contratualização destes empréstimos, a curto prazo, que cumprimos, contribuem para fazer face às dificuldades financeiras de fim de ano no sentido de cumprir prazos com os fornecedores e honrar compromissos.” Esclareceu o Sr. Presidente da Câmara. -----

Quanto aos cenários possíveis de que o Sr. Presidente deixaria os destinos do concelho, o autarca referiu que foi eleito para Macedo de Cavaleiros. “ Eu cá estou contínuo presidente, estou aqui até às próximas eleições e voltarei a ser candidato e a estaria disponível enquanto os macedenses me quiserem como Presidente. Estou disponível para continuar a minha missão pelo concelho e com interesse único: O interesse de todos”, frisou. -----

Relativamente à intervenção da Deputada *Jacinta Lopes* destacou que se trata de um empréstimo, semelhante ao do ano passado, que não compromete o futuro e que

*Cjw*  
*Ar*

permitirá algum fôlego financeiro para eventuais dificuldades. À revisão de preços, referida pela Deputada Municipal, para justificar a alteração conjuntural da economia, o autarca acrescentou as variáveis do aumento dos salários e das taxas de juro, fatores que o município não controla. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta à votação do plenário. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, por maioria, com quarenta (40) votos a favor, catorze (14) votos contra e seis (6) abstenções, aprovar a adjudicação da contratação do empréstimo a curto prazo para o ano 2024, no valor de até um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00 €), à entidade bancária Millennium BCP. -----

**Ponto 6 – Pacote Fiscal Municipal para o ano de 2024 - Proposta: Deliberação nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.**

-----Presente a Proposta da Sra. Vereadora *Sónia Salomé*, datada de 28-11-2023, que se transcreve: -----

“No exercício das competências inerentes à área de intervenção (Pelouro) das Finanças Municipais e Património, submete-se à aprovação da Câmara Municipal o Pacote Fiscal Municipal - 2024, que integra o Imposto Municipal sobre Imóveis, a Participação Variável no IRS, a Derrama e a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, reportando-se o: -----

**i) Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI:** Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 1.º do Código do IMI, este imposto *incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam*, [cfr. alínea a) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro], estando determinado na alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar anualmente o valor da taxa do IMI, devendo esta deliberação ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira por transmissão eletrónica de dados [cfr. alínea i) do n.º 1 do art.º 35.º], aplicando-se a taxa mínima caso essa comunicação não seja efetuada até 31 de dezembro (cfr. n.º 14 do art.º 112.º do Código do IMI). -----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*[Handwritten signature]*  
cel  
92

Assim, o n.º 5 do art.º 112.º do Código do IMI determina que os municípios fixam a taxa a aplicar em cada ano aos prédios urbanos, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, designadamente, entre 0.3% e 0.45%, podendo também esta taxa ser fixada por freguesia. No que concerne aos prédios rústicos a alínea a) do n.º 1 estipula uma taxa fixa de 0.8%. -----

Conforme preceituado no n.º 1 do art.º 112-A, os municípios, podem também, fixar uma redução da taxa do IMI a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do art.º 13.º do Código do IRS, compõem o respetivo agregado, nomeadamente, de 30 € para agregados com um dependente, de 70 € com dois dependentes e de 140 € para agregados com três ou mais dependentes. -----

Em face do estipulado no n.º 6 do art.º 112.º do Código do IMI, os municípios podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto. O n.º 7 deste preceito determina, ainda, que os municípios podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, a qual pode ser cumulativa com a taxa definida no n.º 6. -----

Por seu lado, o n.º 8 do mesmo artigo estipula que os municípios podem majorar até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se, para este efeito, o enquadramento legal vertido no n.º 2 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, ou no art.º 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, salvaguardando-se a prévia intimação para execução de obras de conservação e/ou reabilitação, necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

- Em face do exposto, dando cumprimento ao determinado na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à deliberação da Assembleia Municipal: -----

**Aplicar aos prédios urbanos a taxa mínima do IMI de 0,3%; -----**

**ii) Reduzir a taxa do IMI aplicável aos imóveis destinados a habitação própria e permanente em função do n.º de dependentes, designadamente, 30 € para**

*Handwritten signature and initials*

**agregados com um dependente, 70 € com dois dependentes e 140 € para agregados com três ou mais dependentes;** -----

**Participação Variável no IRS:** Nos termos do preceituado na alínea g) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, constitui receita municipal *o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes.* Consequentemente, está determinado na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º e no n.º 1 do art.º 26.º que *os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78.º do Código do IRS.* -----

A percentagem da participação variável no IRS até ao limite de 5%, deverá ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos, sendo que na ausência de deliberação ou de comunicação, o município tem direito a uma participação de 5% no IRS (*cf. n.ºs 2 e 3 do art.º 26 da Lei n.º 73/2013*). -----

Em face do exposto, estando determinado na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, que é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, *deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município*, dando cumprimento ao determinado na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à deliberação da Assembleia Municipal: -----

- **A Participação de 1% no IRS** com reporte aos rendimentos de 2024 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Macedo de Cavaleiros. -----

**Derrama:** Conforme previsto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, *os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.* -----

Considerando que a alínea c) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, estabelece como receita municipal *o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º*, no intuito de incentivar e apoiar o tecido empresarial e industrial instalado no território



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*Handwritten signatures and initials*

concelhio, bem como proceder à captação empresarial e industrial de eventuais investidores, em cumprimento do estipulado na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à deliberação da Assembleia Municipal: -----

- **A Isenção Total da Derrama** que se traduz pela não fixação de qualquer taxa até ao percentual a que o Município tem direito na respetiva área geográfica sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. -----

**Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP:** *A nova Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas, aos recursos e serviços conexos, à gestão do espectro de radiofrequências e dos recursos de numeração, bem como a certos aspetos dos equipamentos terminais, e define as competências da autoridade reguladora nacional (ARN) e de outras autoridades competentes nestes domínios.* -----

De acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º deste diploma legal, *“Às empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público é garantido o direito de: - Utilização do domínio público, em condições de igualdade, para a implantação, a passagem ou o atravessamento, necessários à instalação de sistemas, equipamentos e demais recursos. Por seu lado o n.º 2 do art.º 169.º identifica que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento dos domínios público e privado municipal por sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio.* -----

Conforme determinado nas alíneas a) e b) do n.º 3 do art.º 169.º a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, sendo este percentual aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%. O n.º 4 do mesmo preceito legal, explicita

*aj* *ceb*  
*R*

que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento. -----

Nesta conformidade, em face do consignado na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, dando cumprimento ao estipulado na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à deliberação da Assembleia Municipal: -----

- **Fixar em 0,25% a TMDP** a incidir sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, aos clientes finais do Município de Macedo de Cavaleiros.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 04-12-2023, proferiu o seguinte Despacho: “À Câmara Municipal.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora *Sónia Salomé* datada de 28-11-2023 referente ao Pacote Fiscal - 2024 e submetê-la à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----  
O Sr. Presidente da Assembleia abriu o período de intervenções. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, a proposta foi colocada a votação. -----

-----  
**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, aprovar o Pacote Fiscal para o ano 2024. Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo grupo parlamentar UPM, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 19.º em conjugação com o n.º 2 do art.º 40.º do Regimento da AMMC, prorrogando, por mais dois anos, a isenção do IMI, conforme disposto no art.º 28.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro (*cfr.* n.º 5 do art.º 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais).-----

-----  
**Ponto 7- Aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar no âmbito do Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável e Integrado das Terras de Miranda, Sabor e Tua- Proposta: Deliberação nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º 25.º, em conjugação com as alíneas k) e n) e do n.º 2 do art.º 23 e da alínea ccc) do n.º1 do art.º 33 do Anexo I à Lei n.º75/2013.**

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 14-12-2023, que se transcreve: -----



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

“Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2023, de 08 de novembro, foi concedida autorização ao Fundo Ambiental para a realização de despesa plurianual no contexto das ações de investimento definidas no Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável e Integrado das Terras de Miranda, Sabor e Tua, tendo a Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, o Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática e o Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, através do Despacho n.º 866/2021, de 21 de janeiro, instituído um Grupo de Trabalho, com vista a estudar os potenciais benefícios locais da transmissão dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos, relativos aos aproveitamentos hidroelétricos de Miranda, Bemposta, Picote, Baixo Sabor e Foz Tua. -----

Este Grupo de Trabalho procedeu à análise dos problemas, potencialidades e desafios que se colocam nestes territórios em que se localizam seis aproveitamentos hidroelétricos que englobam dez municípios desta região, nomeadamente, Alijó, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Murça, Torre de Moncorvo e Vila Flor. -----

Em face do trabalho desenvolvido, o Grupo de Trabalho elaborou um Relatório Final que prevê uma distribuição equitativa de recursos e serviços necessários, numa aposta de investimentos de sustentabilidade e de aumento da resiliência destes territórios às adversidades, sobretudo em áreas temáticas como o ciclo urbano da água, a conservação da natureza e floresta, a transição e eficiência energética, a mobilidade sustentável, a recuperação de passivos ambientais, a gestão de resíduos urbanos, a gestão de recursos hídricos e a proteção do bem-estar animal. -----

Consequentemente, em maio de 2021 foi celebrado um protocolo para a execução dos projetos do Roteiro entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), o Fundo Ambiental, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., a Direção-Geral de Energia e Geologia, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte (CCDR'N) e os dez municípios supra identificados, tendo sido cometida à CCDR'N a coordenação da sua execução, em articulação com a APA, I.P. -----

No período compreendido de 2023 a 2027, para a execução dos projetos do “Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável e Integrado das Terras de Miranda, Sabor e Tua” o Fundo Ambiental alocará ao desenvolvimento dos mesmos o montante global de 14.652.907€ (IVA incluído), tornando-se, assim, necessário protocolar os termos e condições de natureza técnica e financeira para a execução dos Projetos Municipais desta autarquia conforme identificado no Anexo I da minuta de Protocolo de



**Ponto 8- Constituição da Comissão Municipal de Património, Cultura e Turismo – Proposta: Deliberação nos termos da alínea c) do n.º6 do art.º 18.º do Regimento da AMMC.** -----

----- Presente a proposta de constituição da Comissão Municipal Proposta de Constituição da Comissão Municipal de Património, Cultura e Turismo datada de 11 de dezembro de 2023 que se transcreve: -----

Considerando que: -----

- a) O concelho de Macedo de Cavaleiros é detentor de três selos atribuídos pela UNESCO; -----
- b) O território é, em toda a sua extensão, detentor de valores culturais (arqueológicos, históricos e etnográficos) e naturais que se constituem e se têm traduzido em recursos fundamentais de dinamização socioeconómica; -----
- c) O turismo constitui um dos vetores de desenvolvimento e de dinamismo económico do concelho, que articulado com os valores culturais e naturais cria oportunidades para o desenvolvimento sustentável; -----
- d) A necessidade de uma gestão integrada do património cultural e natural; -----
- e) A imagem externa do município é, hoje, sobretudo moldada por estes valores e pelos projetos que com eles se relacionam. -----

Propõe-se, por iniciativa da Deputada *Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro*, nos termos da alínea c) do n.º 6 do art.º 18 do Regimento da AMMC, que a Assembleia Municipal delibere no sentido da constituição da Comissão Municipal de Património, Cultura e Turismo, reunindo a representatividade de todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal. -----

**Proposta de Constituição:** -----

**Membros Efetivos:** -----

Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro (PS) -----

Lília Margarida Pereira da Silva (PSD) -----

Jacinta Lúcia Catarino Lopes (CDS-PP) -----

Manuel Jorge Machado Olaio (UPM) -----

**Membros Suplentes:** -----

Rogério Paulo Talhas Pires (PS) -----

Maria da Assunção Gemelgo Correia (PSD) -----

Daniela de Almeida Rebelo (CDS-PP) -----

António José da Costa Vila Franca (UPM) -----

**Coordenador da Comissão:** -----

*G. cel*  
*FR*

Colaboração Técnica e Financeira a celebrar conforme cronograma de execução física e financeira que se passam a identificar: -----

Designação do Projeto	Investimento	2023	2024
Ecovia do Azibo	230.000 €	0 €	230.000 €
Mobilidade Elétrica – Renovação da Frota Municipal e Acessibilidade Ecológica do Azibo	430.000 €	130.000 €	300.000 €
	<b>660.000 €</b>	130.000 €	530.000 €

Nesta conformidade, nos termos do disposto no art.º 2.º, em conjugação com as alíneas *k)* e *n)* do n.º 2 do art.º 23.º e alínea *ccc)* do n.º 1 do art.º 33.º, bem como alínea *k)* do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submete-se à deliberação da Câmara Municipal e posterior aprovação da Assembleia Municipal, a minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental, a APA, a CCDR' N e o Município de Macedo de Cavaleiros." -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 14-12-2023, proferiu o seguinte Despacho: "À Câmara Municipal." -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental, a APA, a CCDR' N e o Município de Macedo de Cavaleiros, nos termos da Proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, submetendo-a à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia** abriu o período de intervenções. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, a proposta foi colocada a votação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea *k)* do n.º 2 do art.º 25.º, em conjugação com as alíneas *k)* e *n)* do n.º 2 do art.º 23.º e da alínea *ccc)* do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, aprovar a minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental, a APA, a CCDR' N e o Município de Macedo de Cavaleiros. -----

*C. C. e. b.*  
*PR*

Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro -----

**Abertas as inscrições** pretendeu usar da palavra a Deputada *Patrícia Cordeiro*. -----

No uso da palavra a Deputada Municipal e Coordenadora, destacou a importância da criação da Comissão, na qual estão representados todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia, como designado para a constituição das comissões municipais, apelando à participação ativa dos seus elementos para que a partir do início do ano, possa começar a trabalhar com a participação das entidades com atividade nos domínios da comissão e da colaboração do Executivo com tudo o que seja necessário para o desenvolvimento do trabalho da Comissão Municipal de Património, Cultura e Turismo. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a proposta à votação do plenário. -----

**Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea c) do n.º6 do art.º 18.º do Regimento da AMMC aprovar a constituição da Comissão Municipal de Património, Cultura e Turismo, nos termos propostos.** ---

**Ponto 9- Projeto de Regulamento Municipal “Macedo Educar” – Proposta: Deliberação nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º75/2013.** -----

-----Presente a Informação n.º 409/2023 da Divisão de Educação e Desporto, datada de 04-12-2023, que se transcreve: -----

“O Regulamento Municipal do Programa Macedo Educar, em vigor desde 22 de dezembro de 2015, *estabelece as normas de atribuição de auxílios económicos e outros apoios no âmbito da ação social escolar a estudantes e crianças residentes no Município de Macedo de Cavaleiros que frequentam os diferentes níveis de educação e ensino.* -----

O Regulamento sofreu várias alterações durante a sua vigência e a Câmara Municipal, entretanto, assumiu a transferência de competências no domínio da educação em fevereiro de 2019, concretizadas pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----

Existem apoios neles previstos cuja atribuição passou a ser da competência da administração central, como é o caso dos manuais escolares; outros nunca foram



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

*[Handwritten signatures]*

atribuídos, como é o caso dos prémios de mérito escolar e outros, ainda, que estão a ser concedidos e que não constam do texto do regulamento. -----

Pelo exposto, existe a necessidade de integrar no texto do Regulamento as alterações já ocorridas, designadamente no que concerne à atribuição dos cadernos de atividades e dos manuais de inglês e de clarificar outros aspetos, designadamente no que concerne ao transporte escolar de alunos residentes fora do Concelho, mas que frequentam estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas. -----

Considerando que: -----

i) - o anteprojeto da proposta de alteração ao Regulamento em apreço foi aprovado pela Câmara Municipal em 12/09/2023 e foi submetido a consulta pública em 10/10/2023, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual; -----

ii) - o anteprojeto ficou disponível no sítio da Internet do Município durante 30 dias úteis, de 10/10 até à data de hoje, 28/11, tendo terminado o prazo para que, quem o pretendesse, se constituir como interessado e pronunciar-se sobre o mesmo ou apresentar contributos; -----

iii) - ninguém se constituiu interessado, não tendo sido obtidos contributos; -----

iv) - constatamos que existe a necessidade de introduzir a questão dos suplementos alimentares e dos passes escolares para os alunos que, dentro da escolaridade obrigatória, sentiram a necessidade de se deslocarem para fora do Concelho para frequentar áreas curriculares ou disciplinares de formação específica ou o ensino artístico especializado, por inexistência no Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros; -----

Considerando ainda que: -----

1 - A Câmara Municipal é competente para, além de elaborar e aprovar o projeto do Regulamento em apreço, em conformidade com o disposto no art.º 241º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com a al. d), nº 2 do art.º 23º e a al. k), nº 1, art.º 33º, todos do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para submeter tal projeto a consulta pública, em conformidade com o disposto na al. c), nº 3, art.º 100º e no nº 1, art.º 101º do CPA, e, ainda, para analisar e ponderar sobre os contributos apresentados pelos interessados. -----

2 - Compete à Assembleia Municipal, nos termos da al. g), nº 1, art.º 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento Municipal do Programa Macedo Educar; -----

Submeto à consideração da Sra. Vereadora que proponha o agendamento, do projeto de alteração do Regulamento Municipal do Programa Macedo Educar, à Câmara Municipal para que esta delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc), nº 1, art.º 33º e da al. g), nº 1, art.º 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, na sua atual redação, o projeto referido, em anexo, e que faz parte integrante da presente proposta.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 04-12-2023, proferiu o seguinte Despacho: “À Câmara Municipal.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de alteração do Regulamento Municipal do Programa Macedo Educar e submetê-lo à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

**Aberto o período de intervenções** pretendeu usar da palavra o Deputado *Nélio Pimentel* tendo dados os parabéns ao Executivo pelo alargamento do âmbito do programa “Macedo Educar”, destacando a importância da implementação deste “tipo de medidas” e chamar a atenção de que existe na página do município um separador, nomeado de discussão pública, onde este assunto devia estar inserido e não está. Não havendo, no site do município, referência ao edital nem ao formulário. “Vocês apregoam sempre que fazem a publicitação das deliberações mas, a bem da transparência publiquem as coisas no sítio certo.” Rematou o Deputado. -----

**O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea g) do nº 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, aprovar o projeto de alteração do Regulamento Municipal do Programa “Macedo Educar”. -----

**PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguém do público que quisesse neste momento intervir.-----

Pretendeu intervir, sem informação prévia à mesa da Assembleia Municipal, o cidadão *Manuel Esteves Padrão*, residente na aldeia de Bagueixe, União de Freguesias de Talhinhas e Bagueixe para expor um problema de carácter pessoal, existente em



## Assembleia Municipal – 5ª Sessão Ordinária

frente à sua residência e à dúvida quanto a ser propriedade privada ou pública, manifestando ter na sua posse documentos que confirmam que é o proprietário do espaço, que aqui pretende fazer obras e nesse sentido solicitou a intervenção do Sr. Presidente para ajudar a clarificar a situação da propriedade. -----

-----  
**APROVAÇÕES EM MINUTA (Cfr. art.º 57.º n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013).-----**

-----  
Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos dois, quatro, cinco,

-----  
**-----Eram dezasseis horas e vinte minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.**

*Luís do Rosário*  
-----  
*J. Carlos Viana*  
-----  
*Helena Martim*  
-----